



Marcos Jorge Dias
Maria Letícia Marques
(Organizadores)

Chico Mendes na COP 30 Empates e Sindicatos



Essa palavra empate foi muito importante na época, porque no esporte ninguém perde e ninguém ganha. Mas aqui empatar significava vitória, era manter a floresta em pé. Nossa toada por aqui era assim: o Wilson Pinheiro convocando assembleia, o Chico no pé do ouvido, contando causos. Para um ou para 500, ele falava do mesmo jeito. Tinha aquela coisa do Trotsky de falar igual com analfabeto e com intelectual, fazendo a pessoa pensar sem ele precisar falar nada. O Chico era um revolucionário que discutia o socialismo, a reforma agrária. Ele dizia: “companheiros, nós temos que ter esperanças porque lá em São Paulo os operários estão fazendo greve por melhores ganhos. Estão até fazendo a discussão da divisão de lucro.”

CHICO MENDES NA COP 30

02

EMPATES E SINDICATOS

Angela Maria Feitosa Mendes
Júlio Barbosa de Aquino
(Apresentação)

Arison Jardim
Cecília Mendes
Chico Mendes
Dom Moacyr Grechi
Elson Martins

Gomercindo Rodrigues
Júlio Barbosa de Aquino
Mauro Almeida
Osmarino Amâncio Rodrigues
Raimundo Mendes Barros

Marcos Jorge Dias
Maria Leticia Marques
(Organização)



Xapuri Editora
Outono 2025

SENADO
FEDERAL



Senado Federal

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

Presidente

Senador Eduardo Gomes

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Chico Rodrigues

Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus

Senadora Soraya Thronicke

Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

Conselheiros

Alexandre de Souza

Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Caichiolo

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Vaz Chervenski

Victorino Coutinho Chermont
de Miranda

CHICO MENDES NA COP 30

02

EMPATES E SINDICATOS



Angela Maria Feitosa Mendes
Júlio Barbosa de Aquino
(Apresentação)

Arison Jardim
Cecília Mendes
Chico Mendes
Dom Moacyr Grechi
Elson Martins
Gomercindo Rodrigues
Júlio Barbosa de Aquino
Mauro Almeida
Osmarino Amâncio Rodrigues
Raimundo Mendes Barros

Marcos Jorge Dias
Maria Leticia Marques
(Organização)

PARCERIA



Edições do Senado Federal, vol. 352

Copyright 2025 @ Comitê Chico Mendes

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. Expressões próprias dos povos da floresta e das lutas de resistência foram mantidas na forma em que aparecem nos depoimentos e documentos de referência.

Preparo Editorial - Revista Xapuri: Capa - Leonardo Matoso. **Projeto Gráfico** - Emir Bocchino, Zezé Weiss. **Pesquisa** - Angela Mendes, Arthur Wentz Silva, Eduardo Pereira, Jailanne Maria da Costa de Almeida, Janaina Faustino, Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques. **Organização** - Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques. **Revisão** - Arthur Wentz Silva, Janaina Faustino, Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques. **Edição** - Zezé Weiss. **Diagramação** - Emir Bocchino. **Produção** - Janaina Faustino.

Depoimentos e Textos: Arison Jardim, Cecília Mendes, Chico Mendes, Dom Moacyr Grechi, Elson Martins, Gomercindo Rodrigues, Júlio Barbosa de Aquino, Mauro Almeida, Osmarino Amâncio Rodrigues, Raimundo Mendes Barros. **Imagens:** Acervo CNS, Acervo CTA, Acervo IEA, Acervo Jornal Varadouro, Agência Brasil, Elson Martins, Memorial da Resistência. **Coordenação:** Comitê Chico Mendes, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). **Parcerias:** Fundação Banco do Brasil, Senado Federal.

Empates e sindicatos / Angela Maria Feitosa Mendes, Júlio Barbosa de Aquino (apresentação) ; Arison Jardim ... [et al.] ; Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques (organização). -- [S. l.] : Xapuri Editora ; Brasília : Senado Federal [impressor], 2025. 110 p. : il. -- (Edições do Senado Federal ; v. 352) (Chico Mendes na COP 30 ; n. 02)

ISBN: 978-65-5676-652-2

1. Conservação da natureza, Brasil. 2. Ambientalismo. 3. Amazônia, conservação. 4. Mendes, Chico, 1944-1988. I. Jardim, Arison. II. Dias, Marcos Jorge, org. III. Marques, Maria Letícia, org. IV. Série.

CDD 333.72

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO COP30

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), pela primeira vez sediada na Amazônia brasileira — em Belém, no estado do Pará —, representa um marco histórico e uma oportunidade singular para o Brasil reafirmar seu compromisso com a preservação ambiental e com a construção de um futuro sustentável e justo. Em um mundo cada vez mais impactado por eventos extremos como secas prolongadas, inundações, incêndios florestais e o avanço do nível dos oceanos, a conferência desponta como espaço crucial para reverter trajetórias de destruição e reafirmar o compromisso global com a sustentabilidade. Esta cúpula multilateral carrega a responsabilidade de transformar promessas em ações concretas. O que está em jogo não é apenas o futuro das próximas gerações, mas o presente de milhões que já enfrentam os efeitos da degradação ambiental.

É nesse contexto que o Conselho Editorial do Senado Federal lança a Coleção COP30, um conjunto de obras que expressa o esforço do Parlamento em contribuir com o debate climático a partir de múltiplas perspectivas: científica, literária, educativa e política.

Destaco, com especial alegria, que Macapá — a capital do meu amado estado — será subsede desta conferência histórica. Para nós, amapaenses, que vivemos no estado mais preservado do Brasil, trata-se de uma ocasião ímpar para apresentar ao mundo nossas riquezas naturais, nossa cultura vibrante e o valor da

nossa gente. Somos guardiões de parques, de unidades de conservação, de rios que alimentam a terra e o espírito. Somos prova viva de que é possível manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, construir um modelo de desenvolvimento baseado nos frutos da floresta e nas potencialidades do território. Aliás, quem nunca viu o Amazonas não conhece o Brasil em sua inteireza. Ser banhado por esse rio é um privilégio imensurável. A COP30 será também o momento de mostrar nossas urgências. Nosso povo precisa de dignidade, de oportunidades, de justiça social. Preservar a floresta é inadiável; garantir justiça para quem nela vive é igualmente essencial.

A coleção apresenta reflexões sobre a Amazônia em toda a sua complexidade humana, cultural e ambiental. Reúne narrativas que resgatam memórias e vivências das populações tradicionais, análises profundas sobre a realidade socioambiental brasileira e textos voltados à educação e à sensibilização das novas gerações. Essas obras revelam os desafios enfrentados pelo país diante das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que apontam caminhos possíveis para uma transição justa, com metas efetivas de redução das emissões de gases de efeito estufa, ampliação do uso de energias renováveis, preservação de ecossistemas e fortalecimento de políticas públicas voltadas à adaptação dos territórios e à proteção das populações mais vulneráveis.

A emergência climática impõe também a mobilização de recursos financeiros para que países em desenvolvimento possam implementar medidas concretas de mitigação e adaptação de forma justa e equitativa.

Como alertou o Papa Francisco, em sua memorável encíclica *Laudato Si'*, “o impacto mais grave das mudanças climáticas recai sobre os mais pobres”. Por isso, qualquer solução ambiental verdadeiramente sustentável deve estar comprometida também com a superação das desigualdades sociais entre pessoas e entre nações.

Nesse sentido, os livros da Coleção COP30 dialogam com as discussões mais atuais sobre financiamento climático e sobre a urgência de mecanismos internacionais mais eficazes e solidários. Ao mesmo tempo, reforçam a centralidade da justiça climática, compreendida como a garantia de que nenhuma comunidade seja deixada para trás, especialmente aquelas que, historicamente, mais contribuíram para a preservação dos ecossistemas: povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e demais grupos tradicionais.

A COP30 convida o mundo a escutar a floresta e seus guardiões, a considerar o saber ancestral em diálogo com a ciência e a construir pactos justos e eficazes em defesa da vida no planeta. A escolha da Amazônia como sede não é apenas simbólica: representa o reconhecimento da centralidade dos biomas tropicais e da urgência em protegê-los. Afinal, o que acontece na Amazônia repercute em todo o planeta.

Com títulos como *Estudos da Amazônia Contemporânea*, *Cuidando da Nossa Terra*, *30 Anos de Floresta*, *Os Balateiros do Maicuru*, *Os Naufragos do Carnapijó*, *O Ouro do Jamanxim e as versões adulta e infantil da Carta da Terra*, a coleção propõe uma visão ampla, plural e engajada do papel do Brasil — e de suas instituições — no enfrentamento da crise climática. In-

clui ainda a *Coletânea Chico Mendes*, com seis volumes dedicados à vida, à luta e ao legado de um dos maiores defensores da floresta e dos povos amazônicos, além da *Coleção Amazoniçidades*, que valoriza os saberes locais e a diversidade cultural da região.

Mais que um conjunto de publicações, a Coleção COP30 é uma contribuição concreta do Senado Federal para a construção de uma consciência climática pautada na ciência, na democracia e nos direitos humanos. É a expressão de um compromisso com o futuro — um futuro que precisa ser construído agora, com responsabilidade, coragem e solidariedade.

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2025 o Brasil sediará, na cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, ou simplesmente Belém do Pará, capital do estado amazônico do Pará, a 30ª Conferência Anual das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30).

Ali, às margens do rio Amazonas, os povos das florestas, dos campos e das águas; as comunidades tradicionais dos seis biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampas; e os povos gerais do mundo buscarão, uma vez mais, encontrar caminhos para, como um dia disse Chico Mendes, “salvar a própria vida no planeta Terra.”

Referendado em legislação federal vigente (Lei 12.892/2013), Chico Mendes é, no Brasil, o Patrono Nacional do Meio Ambiente. Portanto, nada mais justo do que destacar, na COP 30, a memória e o legado do maior ambientalista brasileiro de todos os tempos.

Esta coletânea, “Chico Mendes na COP 30”, contribui com este objetivo. São livros simples, organizados a partir de depoimentos e textos escritos por companheiros e companheiras de Chico Mendes, ao longo do tempo. Que sua leitura possa envolver corações e mentes com a paz planetária um dia sonhada por Chico Mendes.

Angela Maria Feitosa Mendes
Presidenta do Comitê Chico Mendes

Júlio Barbosa de Aquino
Presidente do CNS

CRÉDITOS E REFERÊNCIAS

Em grande parte, os textos que compõem este livro, “Empates e Sindicatos”, são excertos do livro “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, de Gomercindo Rodrigues, publicado pelas editoras UFAC/Xapuri, 2015. No texto do Gomercindo sobre o STR de Xapuri, há um belo e forte complemento do Movimento Tortura Nunca Mais. O texto de Arison Jardim foi extraído da Agência de Notícias do Acre, 2013. Em outra grande parte, os textos são do jornalista Elson Martins, fundador do “Jornal Varadouro”, criado nos anos duros da resistência, para denunciar a violência contra os Povos da Floresta no Acre. É do Varadouro a imagem da matéria “E os assassinos de Wilson? assinada pelo Elson. Os depoimentos de Chico Mendes foram gravados por Lucélia Santos em maio de 1988. Os demais depoimentos e textos vêm das edições 1 e 3 do livro “Vozes da Floresta”, editora Xapuri, 2008-2024. Os conteúdos todos foram organizados por Marcos Jorge Dias, professor, jornalista e escritor, autor dos livros “Face Oculta”, “Poemas Insensatos” e “Estórias do Aquiry e outros mundos”, publicados pela Editora Xapuri, e por Maria Letícia Marques, funcionária pública federal, e redatora voluntária da Revista Xapuri. A produção é da gerente executiva da Xapuri, Janaina Faustino, a capa é do Emir Bocchino, tendo por referência o enxoval de artes do Comitê Chico Mendes, a edição (incluindo alguns títulos) é de Zezé Weiss, editora da Revista Xapuri. Apresentado por Angela Mendes e Júlio Barbosa de Aquino, o livro “Empates e Sindicatos”, preparado por sugestão de Pedro Ivo Batista, da Associação Alternativa Terrazul, faz parte da coletânea “Chico Mendes na COP 30”, produzida com o apoio da Fundação Banco do Brasil para impressão pelo Senado Federal.



Foto: Miranda Smith

A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

Elson Martins



Foto: Agência Brasil

A atual destruição da Amazônia começou com a ditadura militar e civil de 1964. Os militares cresceram os olhos para a imensidão de floresta, 60% do território nacional, e as enormes jazidas de minério que estavam no subsolo.

Também enxergaram as imensas bacias hidrográficas adequadas à construção de usinas hidrelétricas; e, por fim, o que acabou alcançando as florestas do Acre, os estimados 50 bilhões de metros cúbicos de madeira de lei que existem nela.

Primeiro os “meganhas” (militares) pensaram em promover uma nova migração de trabalhadores nordestinos sem-terra para a região, planejando 100 mil famílias a partir de 1967, que seriam assentadas em “agrovilas”, depois “agrópolis”, depois “rurópolis”, e responsabilizando o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pelo programa, que só fez gastança de dinheiro público e privado e no fim não assentou nem dez mil famílias.

Vai daí que os “milicos” largaram de mão os pequenos e foram se entender com os grandes para ocupar a Amazônia. Gulosos como eles só, os “jacus” começaram a chegar pelo Pará, Amazonas e Mato Grosso, chegando a Rondônia e ao Acre com os bolsos cheios de incentivos fiscais e empréstimos facilitados através da Sudam, BNDES, Banco do Brasil, Sudhevea e BASA. Veio junto uma gadaia de advogados desonestos, especialistas em falsificar documentos.

No Acre encontraram os antigos seringais falidos e os seringalistas na pindaíba, devendo até o fundo das calças ao Banco da Amazônia, o BASA. Era este banco que intermediava o aviamento a seringueiros nos bons tempos da borracha. Claro, o banco queria receber a grana “pendurada” e facilitou a venda de grandes extensões de floresta.

Grupos como Pão de Açúcar, Bradesco, Cinco Estrelas, Bordon, Paranacre, Novo Oeste, Califórnia, entre outros espertalhões do Centro-Sul, se apropriaram de 5 milhões de hectares de floresta, um terço das terras acreanas, sem procurar saber se havia alguém morando nelas.

Havia sim, e muita! Quando a borracha morreu completamente, nos anos 60, os seringalistas deram no pé para Manaus, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo e Europa, deixando para trás mais de 60 mil famílias de Povos da Floresta sem pai nem mãe, se virando sozinhas com a seringa, a castanha, pequenas criações e hortas, e a caça miúda para sobreviver, confiando no conhecimento que tinham da floresta. Eles sabiam caçar, pescar, colher frutos, plantar pequenos roçados de macaxeira, dava pro gasto.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1a edição, editora Xapuri, 2008; 3a edição, editora Xapuri, 2024.



ATAQUE À FLORESTA

Chico Mendes

Essa luta da gente é uma história meio assim, meio comprida. Começou a partir de todo o movimento dos empates pela defesa da floresta, principalmente em 1976. Em 76, a gente tava no auge, no momento mais acirrado, no momento mais difícil, no momento mais de desespero que já ocorreu aqui nesse Acre.

Na época que os fazendeiros começaram a chegar, a partir de 1970, começa então a expulsão em massa dos seringueiros. Os seringueiros foram expulsos, viram seus barracos queimados, suas casas queimadas, de repente os jagunços cercavam, tocavam fogo nos barracos.

No seringal Albráçia, em 72, tinha nove pistoleiros. O seringal foi comprado por um paulista por nome Vilela, ele trouxe nove pistoleiros, expulsaram todos os seringueiros dessa região. Eles conseguiram destruir a floresta, tirar o seringueiro, tirar a seringueira, a castanheira, as riquezas que existem lá dentro em troca do boi, de colocar o boi lá dentro.

Ou seja, fazer a substituição do homem na floresta pelo boi. A Bordon, nesse momento, compra uma grande área no rio Xapuri. A Bordon expulsou em massa e tocou fogo em barraco de seringueiro, matou mulher de seringueiro, queimada.

Os outros fazendeiros também reagiram [da mesma forma] e toda a região de Xapuri foi bombardeada. Mais de 70%, naquele momento, dos seringueiros, em

desespero são expulsos daqui da região e se mandam pra Bolívia e outros pra Rio Branco, pra periferia da cidade, lá. É um momento de grande desespero.

Em 1976, eu assumo a diretoria do Sindicato em Brasiléia, no Acre. Começa a primeira implantação do Sindicato, lá. Em 76, nós sentamos e pensamos: como, como vamos barrar esse processo de desmatamento?

Apelamos pra Justiça, pro advogado, porque o Estatuto da Terra dá o direito ao posseiro lá na sua colocação, o posseiro não poderia ser expulso. Mas isso, naquele momento, não valia, prevalecia a força e o dinheiro.

A força policial já vinha em cima do dinheiro do latifúndio. Naquele período, de 70 a 76, eles compraram aqui nessa região, seis milhões de hectares de terras, não tiraram um tostão do bolso, não venderam um boi no Sul pra comprar essas terras...

A Bordon e outros fazendeiros que vieram do Sul do País. Essas terras foram compradas todas com o apoio dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam.

O governo abriu as pernas pra esses latifundiários e, nesses seis anos, nessa nossa região, foram destruídas 180 mil árvores de seringueira, 80 mil castanheiras, e, entre madeira de lei e cedro, o abio, o cumaru-de-cheiro, o cumaru-ferro, o amarelão, foram destruídas mais de 1 milhão e duzentas mil árvores, fora as árvores médias que estavam crescendo.

Fonte: Depoimento gravado por Lucélia Santos, maio 1988.

UMA DÉCADA DE DOR E DE CONQUISTAS

Osmarino Amâncio Rodrigues

Começamos a ser surpreendidos pela expulsão de seringueiros de suas colocações, pelo desmatamento em Rondônia e no Acre, para a implantação da pecuária extensiva, com subsídios do Governo Federal. Um pouco antes disso, ainda no final da década de 1960, tive minha primeira conversa política com o Chico.

Nesse tempo, nos nossos seringais ainda existia uma escravidão branca. Para cada 100 quilos de borracha, o seringueiro entregava vinte como tara para o dono do seringal. Depois vimos que quanto mais aceitava essas regras, mais dominado a gente era. E foram o Wilson Pinheiro e o Chico Mendes que começaram essa discussão.

Nossas conquistas vieram junto a nossa própria luta, onde as lideranças tinham suas cabeças postas a prêmio para morrer, com preços publicados nos jornais de Rio Branco. O Chico tinha um amigo comunista que depois ficou sendo o meu guru.

Era o Raimundo Rocha: um cara muito inteligente, muito informado e muito comunicativo. Ele vinha da Guerrilha do Araguaia e era um grande poeta de cordel. Os municípios iam surgindo e ele já ia fazendo os hinos. Quando o socialismo não chegou, ele entrou numa depressão e virou alcoólatra.

Em dezembro de 1975 foi fundado o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Brasília. O Chico

foi o 1º Secretário. O 1º Presidente foi o Elias Rosendo. Seis meses depois ele saiu e entrou o Wilson Pinheiro. O primeiro empate [organizado pelo Sindicato] foi em março de 1976, no Seringal Carmem.

Essa palavra empate foi muito importante na época, porque no esporte ninguém perde e ninguém ganha. Mas aqui empatar significava vitória, era manter a floresta em pé. Nossa toada por aqui era assim: o Wilson Pinheiro convocando assembleia, o Chico no pé do ouvido, contando causos.

Para um ou para 500, ele falava do mesmo jeito. Tinha aquela coisa do Trotsky de falar igual com analfabeto e com intelectual, fazendo a pessoa pensar sem ele precisar falar nada. O Chico era um revolucionário que discutia o socialismo, a reforma agrária. Ele dizia: “companheiros, nós temos que ter esperanças porque lá em São Paulo os operários estão fazendo greve por melhores ganhos. Estão até fazendo a discussão da divisão de lucro.”

O Chico fazia analfabeto ler jornal. Ele falava de assunto difícil de um jeito que qualquer seringueiro entendia. O seringueiro doido por um ramal [estrada], e o Chico ali falando que estava certo, que ramal era coisa importante, mas que esse ramal grande chamado BR ia expulsar o seringueiro do seringal.

A morte do Wilson Pinheiro foi uma triste situação. A gente dizia que se matassem um de cá, dez de lá iam tombar, mas não foi assim que aconteceu. A União Democrática Ruralista (UDR) tomou o Sindicato por dois anos. Eu rasguei muita ficha de fazendeiro, de jagunço e de polícia depois que a gente retomou o Sindicato.

O jeito de resistir foi o Chico sair pra Xapuri e eu, para Assis Brasil. Saímos fundando novos sindicatos e fomos generalizando a luta.

O grande avanço que vejo é que o Movimento resolveu o problema fundiário e abrimos portas para os nossos produtos. Hoje a castanha está chegando ao mercado orgânico. Temos educação no seringal, não do jeito que a gente quer - porque a escola não organiza a luta - mas ainda assim é uma escola.

Para nós, a década de 1980 foi um tempo de dor e de conquistas: criamos o Conselho Nacional dos Seringueiros, as Reservas Extrativistas e, com os índios, a Aliança dos Povos da Floresta. A gente preferia não ter nada e ter o Chico vivo.

Mas a morte do Chico não foi em vão, como ele imaginou. Depois dela acabou a tragédia das mortes anunciadas. Acho que a rainha da floresta exigiu esse sacrifício do Chico para salvar nossas vidas.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

Gomercindo Rodrigues

Durante todo o período da ditadura militar (1964-1985), a Amazônia foi considerada um problema de segurança nacional, pelos muitos interesses que estão dispersos nessa imensa área do planeta. Dentro dessa ótica, os militares decidiram promover a ocupação da região, como forma de garantir a soberania sobre este pedaço do território nacional.

Assim, os estrategistas de plantão traçaram todo um planejamento, que envolvia desde a implantação de infraestrutura (estradas, criação de cidades) até amplos incentivos e financiamentos, destinados a quem resolvesse investir na região, sobretudo em grandes projetos agropecuários.

Esses projetos, totalmente incentivados e bancados pelos bancos oficiais, eram amplamente propagandeados por todo o país, com a promessa de financiamentos fáceis e baratos, aliados aos preços baixos da terra.

Dessa forma, os seringalistas falidos vendiam imensas áreas de terras, a grande maioria delas com títulos de propriedade discutíveis, o que não incomodava muito os que vinham de outras regiões, especialmente da Região Sul, todos chamados “paulistas”, porque o problema era sempre resolvido com o tradicional jeitinho brasileiro.

Um único mega-latifundiário, que chegou a ser apontado como o maior proprietário de terras do Brasil, ocupou cerca de 2,1 milhões de hectares na Amazônia

nia. Após ação discriminatória promovida pelo Incra, ele teria ficado com cerca de “apenas” 40 mil hectares, uma redução de 98%.

A chegada dos “paulistas”, no entanto, não foi apenas um acontecimento desenvolvimentista promissor, conforme caracterizado pelos defensores do modelo predatório-pecuarista utilizado para a região, senão um fenômeno que multiplicou em muitas vezes a violência, especialmente no estado do Acre.

A violência ocorreu porque as áreas vendidas pelos seringalistas estavam quase sempre ocupadas por seringueiros que, mesmo com a falência dos seringais, continuavam a viver de sua produção extrativista, com a substituição do patrão pelo marreteiro ou regatão, o comerciante itinerante que, ao longo dos rios, levava mercadorias para trocar por borracha.

Em função de sua ocupação secular da terra, os seringueiros do ponto de vista legal eram posseiros, mas não sabiam disso, inicialmente. Os fazendeiros, pelo contrário, sabiam muito bem que era necessário limpar os seringais, desocupá-los, para evitar posteriores ações possessórias, mesmo porque com o seringal limpo de posseiros, a valorização da terra era maior.

Ao trazer jagunços de suas regiões de origem, vestidos de capatazes das fazendas, os empresários do Sul procuravam logo retirar os posseiros de suas áreas e, para isso, valia tudo, desde a indenização irrisória das benfeitorias dos seringueiros até a expulsão pura e simples de suas colocações na floresta.

Na maioria dos casos, tocavam fogo na moradia do ocupante tradicional da área, expulsando-o sob a

mira de armas de pistoleiros e, até, da polícia militar, transformada em milícia privada que agia com ou sem o consentimento do poder judiciário, provocado, normalmente, quando havia resistência dos ocupantes de determinada região.

Desorganizados inicialmente, os trabalhadores rurais, em sua maioria seringueiros, começaram a procurar formas de resistência. Inicialmente, contaram com o apoio da Igreja Católica, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e, depois, em meados dos anos 1970, com a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), que montou uma representação no Acre para fomentar a fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

A organização sindical deu aos trabalhadores da floresta a força que, isolados, não dispunham. Começaram, então, as alternativas de resistência, como os “empates” contra as derrubadas e a ação coletiva contra a violência dos pistoleiros, o que custou a vida de vários companheiros, como Wilson Pinheiro, Ivair Igino e Chico Mendes.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.

EMPATES E SINDICATOS

Júlio Barbosa de Aquino

O sindicato no Acre surgiu dos empates, não foi criado para organizar os empates, os sindicatos foram frutos dos empates. Foi em razão dos conflitos que estavam acontecendo na região e, por conta deles, que houve a necessidade de se criarem os sindicatos.

No começo, tinha os sindicatos de Sena Madureira, Rio Branco e Brasília. O Sindicato de Xapuri estava sendo fundado. Naquele momento, a região de Boca do Acre tinha um fazendeiro que formou um bando de pistoleiros muito bem armados.

Eles tinham por missão expulsar todos os seringueiros da região e invadir, também, as terras dos indígenas Apurinã. Esse fato desembocou o primeiro empate, que contou com a participação de alguns indígenas e do cacique dos Apurinã.

Após a morte do Wilson Pinheiro, assassinado em 1980, os seringueiros resistiram contra a entrada dos fazendeiros na região. Chico Mendes estava em Xapuri nos aconselhando, organizando o sindicato e a luta geral dos seringueiros. Em Xapuri a atividade de extração da borracha nunca deixou de existir.

A partir de 1981 e 1982 o fazendeiro usava vários mecanismos para conseguir expulsar seringueiros da colocação: um deles era a proposta de acordo para indenizá-los. Caso os seringueiros não aceitassem a indenização, vinha a pressão por meio da pistolagem com queima de casas, morte de animais e expulsão com intimidação e, em alguns casos, até assassinatos.

Outro argumento que eles usavam, bem articulado inclusive pelos donos de cartórios, era o argumento da assinatura: o convencimento de assinatura de papel em branco. O seringueiro, que não sabia ler, colocava sua digital numa folha de papel em branco. O fazendeiro juntamente com o oficial de justiça disse que eles estavam assinando um documento em que o fazendeiro se comprometia a não mexer mais com ele em sua colocação.

O fazendeiro pegava aquela folha de papel assinada em branco, fazia uma declaração em nome do próprio seringueiro dizendo que abriria mão da colocação dele pro fazendeiro e, com aquele documento, conseguia um mandado judicial e expulsava o seringueiro da colocação.

Chico começou a ver que era necessário implantar algumas escolas para que o seringueiro pudesse aprender a pelo menos assinar seu nome; nesse ponto entrou a Mary Allegretti. Ela veio para o Acre fazer a dissertação de mestrado e se juntou ao Movimento em Xapuri.

Chico e ela conseguiram pensar na implantação de um programa de educação para Xapuri, surgindo daí o Projeto Seringueiro e a Cartilha Poronga. Implantamos as primeiras escolas em 1981-82. Mary foi a primeira professora do Projeto Seringueiro e a primeira professora que deu aula para as pessoas analfabetas do seringal.

Ainda não tínhamos relação com os movimentos indígenas. Foi a partir do Projeto Seringueiro e das discussões sobre escolas que abrimos o debate da questão da reforma agrária. Os empates eram feitos e, na maioria deles, éramos derrotados. Eles vinham com a polícia, com o poder do Estado, a justiça, e o fazendeiro con-

seguia mandado de segurança para garantir o desmatamento. A gente resistia e a luta continuava. Era necessário pensar num modelo novo de reforma agrária.

Os assentamentos que existiam não estavam dando certo. Vários projetos de colonização estavam sendo implantados e o que se via era a pessoa receber uma parcela do Incra, ir pra lá e - com menos de um ano - saía de lá morrendo de malária e sem assistência nenhuma. Era obrigada a vender, entregar aquela terra pro fazendeiro.

Dessa forma também foram construídas muitas fazendas de gado na nossa região. Essa discussão sobre a questão da reforma agrária foi o início de tudo. Até então, a ideia que se tinha da Amazônia e do Acre era de uma terra vazia e sem gente, com alguns poucos indígenas espalhados pela floresta.

Mas, além de indígenas, se pensava que não existia mais ninguém além do pessoal que morava na cidade. Por isso era importante ocupar a Amazônia. Mais uma vez, Chico percebeu a necessidade de mobilização, de ir à Brasília mostrar às autoridades que na Amazônia tinha muita gente trabalhadora, honesta, gente do bem: índio, seringueiro, caboclo, ribeirinho.

Cuidamos hoje de 120 milhões de hectares de floresta, que precisam ser preservadas. Convivi muito com Chico Mendes porque nasci numa colocação que ficava a meia hora de distância da colocação onde ele morava. Cresci com o Chico Mendes e sei como ele se alfabetizou.

Fontes: “Vozes da Floresta”, 1a edição, editora Xapuri, 2008; www.cnsbrasil.org; Depoimento gravado por Zezé Weiss, setembro 2024.

O CATECISMO DA TERRA

Dom Moacyr Grechi

Quando o delegado da Contag, João Maia, chegou ao Acre para fundar os sindicatos, o pessoal já estava preparado. As reuniões aconteciam sempre em ambiente de igreja. A polícia era corrupta até o osso; os políticos, uns incapazes; e o Exército um bando de gente com medo do comunismo e da subversão, a maioria sem saber o que era isso, mas sempre com medo.

A violência contava com a total conivência das autoridades, a polícia era corrupta e vendida, e o Exército vivia apavorado. Nesse contexto, o João Maia é uma pessoa que não pode ser esquecida: ele foi um homem corajoso que teve o valor de organizar os seringueiros quando a Contag veio para o Acre fundar os sindicatos.

O João Maia era um ex-seminarista alegre e brincalhão que gostava de falar em latim comigo. Tinha uma marca, que era o diálogo com todos, ele sempre me dizia: “Dom Moacyr, aprenda isso: o diálogo é a chave da sobrevivência nesta terra.”

Ele lutava por um sindicalismo independente, mas nem por isso deixava de conversar com o governador, com a polícia, com o Exército. Formou excelentes lideranças e fundou muitos sindicatos. Era destemido. Foi dele a ideia criativa de prender os jagunços durante o “Mutirão contra a Jagunçada” que os sindicatos fizeram em Boca do Acre, no Amazonas.

Junto com o João Maia estava sempre o Pedro Marques, advogado didático que tinha um jeito muito

especial de ensinar o Estatuto da Terra e o Código Civil aos seringueiros. Lembro do dia em que o João Maia me pediu para emprestar um salão da Igreja para fazer a assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco. Como eu sabia que viriam muitos - e, de fato, chegaram mais de mil seringueiros e posseiros - acabei cedendo a própria Catedral.

Do lado de dentro estavam os trabalhadores e, do lado de fora, o Exército armado com escudos e metralhadoras, cercando os trabalhadores como se estivesse cercando bandidos. Como se os seringueiros não estivessem apenas lutando com compromisso e fé para mudar um pouco o rumo das coisas que afetavam suas vidas. Era um tempo muito duro, com o Exército sempre tentando intimidar.

Fizemos uma reunião na minha casa, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e o Exército tentou gravar. Uma freira viu um gravador pequenininho na janela e esse gravador era do Exército.

Como eu era Presidente Nacional da CPT - passei oito anos da ditadura militar como presidente da CPT - o jornalista Mino Carta deu uma nota no jornal A República, registrando o incidente. Anos depois, as denúncias de que eu vivia marcado para morrer se confirmaram.

Um dia, muito doente, o Tufik Assmar, dono da Rede Globo no Acre, mandou me chamar e disse: Dom Moacyr, o senhor é meu amigo, e eu não posso morrer sem que o senhor saiba. Certa vez um militar me visitou para informar que estavam se preparando para matar o senhor. “Eu disse a ele: Não, nem pensar. Disse que se

matassem o senhor eu botaria a boca no mundo e contaria para o Brasil inteiro.”

E imaginar que a Globo começou lá na minha casa, uma emissora muito pobre. Vinha a Copa, com todo mundo querendo ver os jogos e o Assmar, que estava começando no campo da comunicação, me pediu para instalar seus equipamentos de baixa qualidade no quarto da minha casa, porque lá era o ponto mais alto da cidade.

Esse foi um tempo em que cristãos e não-cristãos se uniram. No CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) tinha até um ateu confesso, e tinha o Abrahim Farhat, o nosso Lhé, de origem libanesa. Em Xapuri tinha o Bacurau, um hanseniano que não tinha mão nem pé, totalmente dedicado.

Essas pessoas se juntaram aos seringueiros e posseiros para lutar pela terra. Foi o povo da Igreja, o Nilson Mourão - que depois se tornou muito importante porque fazia a ligação da fé com a política, - o padre Paulino e o padre Pacífico, junto com os comunistas e um advogado do Incra, chamado Juraci, que fizeram o Catecismo da Terra: um folheto barato e simples, com apenas cinco perguntas e cinco respostas, mas que foi o primeiro instrumento de resistência dentro da floresta.

Quem não sabia ler pregava na parede da casa e quando chegava um capataz dizendo: “O senhor tem que sair, porque essa terra agora tem outro dono”, a resposta sempre era: “Não senhor, eu não saio. Veja aí o meu direito que está escrito no Catecismo da Terra”.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1a edição, editora Xapuri, 2008.

EMPATES DE DERRUBADA

Júlio Barbosa de Aquino

Com a chegada dos pecuaristas, vindos do Sul do país em meados dos anos 1970, para botar por terra nossas áreas de floresta, a situação ficava cada vez mais difícil pro nosso lado. Foi aí que nós começamos a usar um instrumento muito importante aqui na nossa região, que batizamos de “empate”.

Assim como nos jogos de futebol, a gente sempre queria pelo menos empatar, então, no nosso caso, o empate era para resistir, para que, ao menos, o fazendeiro não derrubasse nossas árvores e não destruísse nossas colocações, que é o lugar onde nós moramos com nossas famílias.

No começo, as famílias tentavam resistir por elas mesmas. Depois, a comunidade passou a ser mobilizada pelo sindicato, que organizava a ida para a área que estava para ser desmatada. Era uma forma simples e pacífica, mas muito organizada, de resistência.

A gente montava uma barreira humana, formada pelas pessoas que viviam no seringal, as mulheres e as crianças iam junto, os velhos também, e todo mundo se colocava em frente às foices dos peões e jagunços onde havia tentativa de desmatamento.

Como os peões e jagunços eram pessoas simples, muitos deles eram até parentes nossos que estavam ali só cumprindo ordens dos patrões, a gente tentava explicar pra eles que, se fizessem o desmatamento, a vida deles e das famílias deles também estavam sendo ameaçadas.

Às vezes funcionava, em uns 15 deles conseguimos, de fato, empatar a derrubada, ou pelo menos a turma ganhava tempo pra alguém de nós tentar algum recurso na cidade, outras vezes não funcionava. Dos cerca de 45 empates que fizemos entre 1976 e 1988, o último com a participação de Chico Mendes foi o empate do Cachoeira, em maio de 1988.

Os empates foram muito importantes em nossa luta, porque fortaleceram nossa união, serviram de base para a formação do CNS e também para a construção do nosso modelo de reforma agrária para a Amazônia, as Reservas Extrativistas.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



UMA CRIAÇÃO DOS SERINGUEIROS

Gomercindo Rodrigues

Os empates são uma criação genuinamente dos seringueiros acreanos. Não se tem notícia de outro movimento que tenha desenvolvido essa tática fora dos seringais do Acre. Caso alguém, em algum lugar, tenha feito algum empate antes, com certeza isso não era do conhecimento dos seringueiros quando a desenvolveram.

No início da década de 70, os desmatamentos avançavam, especialmente no vale do rio Acre, ao longo da BR 317, até Brasília e daí a Assis Brasil. Milhares de hectares de floresta eram derrubados todos os anos, expulsando milhares de famílias de seringueiros, que se viam obrigados a migrar para as periferias urbanas, especialmente Rio Branco, ou para a Bolívia.

A cada ano, mais seringueiros ficavam sem suas colocações. Não havia como resistir legalmente, pois os “paulistas” chegavam com os documentos (falsos ou não) da terra e os seringueiros, embora legalmente fossem posseiros, nunca contaram com o poder judiciário local, afinal de contas, era a luta do “progresso” contra o “atraso”. Abandonados à própria sorte, os seringueiros resolveram que iriam lutar por suas colocações de seringas.

A expulsão de milhares dessas famílias fez com que aqueles que ainda não tinham sido atingidos pelos desmatamentos – os que ficavam nas colocações mais centrais – percebessem que, ou se organizavam, unindo-se

aos atingidos pelo desmatamento em curso ou no ano seguinte, ou em dois ou três anos seria a vez deles também ficarem sem as suas colocações.

Normalmente, as derrubadas das áreas de floresta eram planejadas, havia previsão de quando e em que região ocorreriam, e os seringueiros ficavam sabendo sobre quando suas colocações seriam atingidas pelo desmatamento. Com base na informação que tinham, os seringueiros que seriam atingidos primeiro, informavam o Sindicato do empate, ao mesmo tempo em que chamavam seus vizinhos que não seriam atingidos naquele ano.

Juntavam algumas dezenas de trabalhadores que, não raro, levavam suas esposas e filhos, formando um contingente considerável de seringueiros que, ao chegarem ao local do desmatamento, conversavam com os trabalhadores que estavam fazendo a broca, tentando convencê-los a paralisarem os trabalhos.

A ação era, sempre, pacífica. Embora muitas vezes os seringueiros levassem consigo suas espingardas, elas nunca eram usadas nas ações. Era na base da conversa que eles conseguiam, geralmente, num primeiro momento, convencer os trabalhadores das derrubadas, em sua maioria ex-seringueiros gerenciados por um “gato” vindo de fora, a parar o desmatamento.

Paralisado o desmatamento, o fazendeiro, normalmente, recorria ao Poder Judiciário, conseguindo, quase sempre, a permissão e a proteção da Polícia Militar, requisitada pelo juiz da Comarca, para que a área fosse desmatada.

Desde o primeiro empate, em 1973, em Brasília, até o último, em 1994, em Xapuri, centenas deles foram realizados. Se não fossem os empates, hoje quase não existiria mais floresta no Vale do Acre.

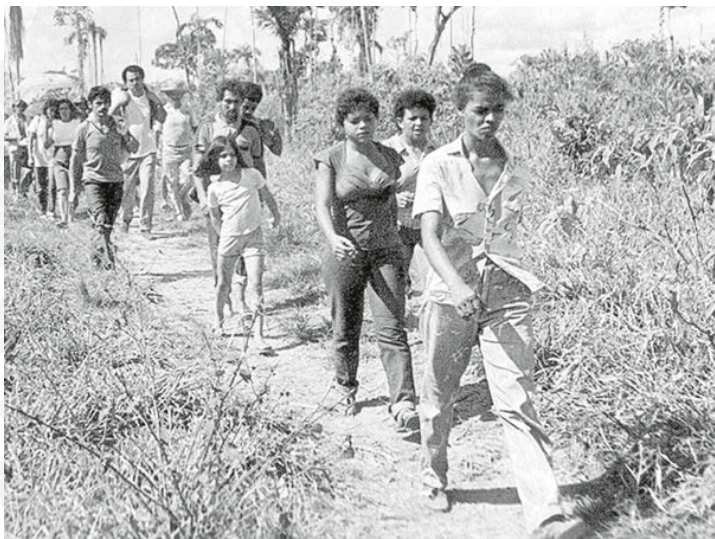
Não existiria a Reserva Extrativista Chico Mendes, nem existiriam mais os seringais Cachoeira, Equador, Nova Esperança, Independência, São Miguel e São José em Xapuri. Estas últimas áreas, com exceção do Cachoeira e do Equador, de cujos empates Chico Mendes ainda participou, foram defendidas após o assassinato de Chico Mendes.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.



OS PRIMEIROS EMPATES

Júlio Barbosa de Aquino



Empate da Bordon em Xapuri, 1986 - Foto: Elson Martins

Em 1966 aconteceu a falência do Banco de Crédito da Borracha, e nesse momento todos os seringais entraram em falência. Sem seringalistas, os seringueiros passaram a viver por sua própria conta e risco. Foi aí que começou a surgir essa nossa sociedade dos Povos da Floresta. A partir da década de 1970, os seringais quase todos deixaram de existir e passaram a ser substituídos por barracões, e estes, pelo marreteiro. Nesse tempo, deixou de existir a política da borracha no Bra-

sil. O seringal já não tinha importância nenhuma para a economia brasileira. Passou a ser mais econômico comprar borracha de fora.

Com a falência dos seringais, foram abertas as portas da nossa região para a venda dos seringais a grandes proprietários de terras do Sul e do Sudeste do país. E os “paulistas”, a gente chamava todos de paulistas, vieram.

Começamos a enfrentar o desafio que foi entender que os seringais tinham acabado e que o barracão e o armazém fecharam. Ficamos à mercê dos marreteiros comprando borracha a um preço bastante baixo.

No início da década de 1970, os “paulistas” começaram a comprar os seringais na Amazônia. A questão dos seringais traz junto a abertura das estradas na Amazônia, como a BR-364. Havia um projeto político vinculado com o Calha Norte, para fazer todo um círculo de estradas.

Esse tipo de ação despertou a curiosidade dos seringueiros do Acre. Foi o tempo dos grandes empates. O primeiro aconteceu no Acre em 1974 e o segundo aconteceu em 1975, ambos antes da criação do primeiro sindicato no estado.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 3a edição, editora Xapuri, 2024.

“MAS QUEM SABE, CHICO...”

Chico Mendes

Mas quem sabe, Chico - daqui a cinco, dez, oito anos - o movimento de resistência dos trabalhadores vai começar a surgir. Vão criar novos sindicatos, a ditadura vai ter que aceitar. Agora, tudo isso vai ser controlado pela ideologia militar.

Todos esses sindicatos vão ter intervenção”, e foi o que houve, mesmo. “Agora é o seguinte: você não pode deixar de entrar nesse sindicato. Vai chegar: mais hoje, mais amanhã. Chegará o sindicato para os seringueiros e você entra. Você não pode deixar de entrar no sindicato porque é lá que você vai montar suas raízes.

É isso que vai te enraizar. Te garanto que, um dia, se eles não te matarem, você vai conseguir ser uma grande força para os seus companheiros”. Fiquei com aquilo na cabeça: será que isso vai acontecer?

Fonte: Depoimento gravado por Lucélia Santos, maio 1988.



DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Gomercindo Rodrigues

Em 1977 surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, que ficou sendo a segunda base de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no Vale do Acre.

Ao mesmo tempo, foram surgindo os sindicatos de trabalhadores rurais em outros municípios do Acre: Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, em uma história de luta que, partindo de Brasiléia e Xapuri, vai-se estendendo por outras regiões do Estado do Acre.

No começo, foi difícil organizar os sindicatos, por conta, principalmente, do isolamento dos seringueiros e dos favores que os patrões davam a determinados seringueiros para que funcionassem como espíões e, por meio das delações, “empatassem” a organização sindical. Ao fomentar a desconfiança, os seringueiros se tornaram, culturalmente, extremamente desconfiados, especialmente uns com os outros.

Isso influenciou diretamente na dificuldade em organizar os sindicatos. Na verdade, a organização foi, um pouco, forçada de fora para dentro, tendo em vista que foi a violência dos “paulistas”, e de seus jagunços que fez com que os seringueiros pensassem que era necessário se agruparem para não serem exterminados. Contag e as CEBs da Igreja Católica, foram fundamentais na formação e consolidação dos primeiros sindicatos no Acre.

Chico Mendes já possuía rudimentos de sindicalismo, aprendidos com seu mestre comunista com Euclides que o ensinou a ler e escrever e, especialmente, os rudimentos de teoria marxista que foram de muita valia para que ele aderisse à primeira hora ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, onde participou da primeira diretoria.

Em 1977, já como vereador pelo MDB em Xapuri, Chico Mendes ajuda a fomentar a discussão para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, que viria a presidir de 1983, quando deixou a Câmara Municipal, até a sua morte em 1988.

A fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais foi muito importante para organizar a resistência dos trabalhadores rurais, sendo responsável, pode-se dizer, por evitar que a catástrofe no Acre tivesse a mesma dimensão que tem, por exemplo, em Rondônia, onde os seringueiros existem em remotas e raras áreas de terras, pois as demais foram todas destruídas pelo progresso ou ocupadas pelos grandes fazendeiros ou pelas mineradoras.

Foram os sindicatos de trabalhadores rurais que começaram a desenvolver os empates, sendo que em Brasília vários foram feitos ainda no início da organização sindical. Isso fez com que os fazendeiros que conseguiam desmatar ou desmatavam alguém do que desejavam, passassem a pensar que a melhor solução seria acabar com os agitadores.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BRASILÉIA

Elson Martins

O STR de Xapuri nasceu a partir dessa reunião o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, com Wilson Pinheiro na presidência e Chico Mendes como secretário-geral. Sua primeira ação foi definir, no começo de 1976, o Empate como forma de enfrentamento aos que espalhavam o terror na floresta.

Para fazer a reunião, João Maia – na companhia do advogado da Contag, Pedro Marques da Cunha Neto e este repórter, Elson Martins – contratou uma camionete com tração nas quatro rodas para enfrentar as ladeiras enlameadas dos varadouros do Vale do Acre; o motorista era o “Espanhol”, que compareceu com cheiro de álcool. Por precaução, a cada ladeira os passageiros desciam do veículo e patinavam na lama, enquanto o motorista rodopiava.

O grupo chegou molhado e sujo ao local da reunião, onde dona Valdiza, rodeada de homens e mulheres da floresta, estava radiante. O advogado Pedro Marques deu o tom das falas, brincando com os que pareciam distraídos: “Coloquem uma goiabinha verde num dos ouvidos, para o que vou falar não entre numa orelha e saia pela outra”! Todos riram! A recomendação de João Maia e Pedro Marques era baseada em dois documentos – o Estatuto da Terra e o Código Civil – um item apenas de cada.

Com um ano e um dia trabalhando na terra, o trabalhador era considerado posseiro e não podia mais ser expulso; em caso de ameaça à sua família, o trabalhador poderia reagir armado, o advogado (no caso Pedro Marques) teria elementos para defendê-lo.

No dia 21 de dezembro de 1975, o mais forte e destemido sindicato dos oito criados pela Contag, o STR de Brasília, nasceu no pátio da casa de dona Valdiza, com grande júbilo dos seringueiros. Elias Rosendo, que visitava seringal por seringal batendo fotos para identidade e cobrando pelo serviço de almoço e estadia, foi escolhido presidente.

Mas logo foi substituído por Wilson Pinheiro, que organizou o primeiro “Empate” no Seringal Carmem em março de 1976. Chico Mendes foi escolhido secretário e Valdiza Alencar de Souza delegada sindical.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



CHEIRO DE PÓLVORA

Elson Martins

Em Rio Branco, a situação estava como o diabo gosta. Desde 1971, quando a ditadura nomeou governador do Acre o professor Francisco Wanderley Dantas, membro de tradicional família seringalista, educado no Rio de Janeiro e reacionário de carteirinha, que logo ofereceu aos empresários terras fartas e mão de obra barata, com incentivos fiscais e outras vantagens.

Escancarou as porteiras do Estado para a boiada passar. O Hotel Chuí, onde hoje funciona a Prefeitura, se tornou o ninho principal de revoada de “jacus” que chegava do centro-sul e do Sudeste com seus capatazes e jagunços. O hotel era do governo, mas estava alugado para o deputado federal da Arena (partido da ditadura) Nasser de Almeida.

Dali partiam, diariamente, em avião monomotor ou em possantes caminhonetes F1000, o bando que ia expulsar famílias de seringueiros. As delegacias municipais de polícia se encarregavam de dar cobertura aos agressores, em muitos casos, torturando seringueiros em suas instalações.

O secretário de Segurança Pública, um coronel da PM trazido do Rio de Janeiro, chamava os trabalhadores de “jagunços”, e mandava agentes civis acompanhar e facilitar os acordos; o diretor de Polícia Judiciária era João Bernardino de Souza, advogado paulista também interessado em ter seu quinhão de floresta. Fazia acordos forçados em seu gabinete.

Oficiais de justiça e até juízes se envolveram a favor da bovinização do Acre. A imprensa, só em meados dos anos 1970, começou a denunciar os conflitos. Isso aconteceu depois que Wanderlei Dantas, o governador dos bois, encerrou seu mandato, e o presidente Geisel nomeou Geraldo Mesquita, da Arena (mas com passagem remota no Partido Comunista Brasileiro), que acabou se colocando contra o desmatamento da floresta.

A expulsão de famílias das colocações de seringa gerou cordões de miséria nas periferias urbanas na capital e nos municípios, e também na Bolívia. Em Rio Branco, a Polícia Militar não dava trégua às pessoas que chegavam desarrumadas na cidade, sem profissão, sem emprego, sem moradia, armando barracos precários que eram destruídos com motosserras e tratores.

O mapa dos conflitos em todo o Estado foi apresentado por este repórter na CPI da Terra (Brasília-1978) como “uma tábua de pirulito”. Da mesma Comissão participaram os bispos Dom Moacyr Grechi, que confirmou essa imagem, e Dom Henrique Ruth, que negou a existência de problema agrário em Cruzeiro do Sul. Foi lá, em seu município, que o dono de TV em São Paulo, Ratinho, adquiriu 500 mil hectares, supostamente com “grilagem”.

A partir de 1975 o Acre já fedia a pólvora e o Brasil e o mundo sabiam da destruição com desmatamento e queimada da floresta. Para isso contribuía os correspondentes dos jornais “O Estado de São Paulo” (Elson Martins) e do “Jornal do Brasil” (Silvio Martinello). Em 1977, o nanico Varadouro se tornou a voz dos Povos da Floresta.

A essa altura, a Contag já havia organizado oito sindicatos com cerca de 30 mil associados, cuja força foi demonstrada em setembro de 1979 no “Mutirão contra a Jagunçada”- que juntou 300 seringueiros e botou pra correr uma dúzia de jagunços armados e 45 operadores de motosserras na estrada de Boca o Acre (BR-317, braço da BR-364).

Após essa demonstração de força, o sindicalista Wilson Pinheiro anunciou, pelo rádio em Brasileia, que os seringueiros não deixariam mais que fosse derrubada nenhuma árvore, ao que, também pelo rádio em Xapuri, o seringalista Guilherme Lopes, secretário do prefeito, rebateu: “Se for assim, haverá muitas viúvas no Acre”. A primeira foi dona Terezinha, esposa de Wilson, morto em junho de 1980 de emboscada, ao cair da noite, na sede do sindicato.

Lula, ainda sindicalista, veio ao velório de Wilson, como veio oito anos depois ao velório de Chico Mendes (1988). No primeiro, discursou e disse que “está na hora da onça beber água”, o que lhe valeu um processo no famigerado AI-5 da ditadura militar, junto com Chico Mendes, João Maia e o presidente nacional da Contag José Francisco da Silva.

Os seringueiros que ouviram Lula e estavam indignados com o assassinato de Wilson encontraram na estrada de Assis Brasil o capataz Nilo Lopes, e o mataram como suspeito de ser o mandante. O capataz sofreu mais de 40 tiros, e a polícia logo prendeu e torturou o grupo de seringueiros.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1a edição, editora Xapuri, 2008.

VALDIZA: A MULHER DO SINDICATO

Elson Martins



Foto: Elson Martins

A resistência acreana contra os grupos do Centro-Sul que vieram bovinizar o Acre teve uma mulher seringueira como protagonista: Valdiza Alencar de Souza, que ficou conhecida como a “Mulher do Sindicato” por ter assumido a luta, um lugar que cabia aos homens, para enfrentar capatazes, jagunços e operadores de motosserra que ameaçavam as famílias seringueiras da região.

Ela nasceu no Seringal Sacado e vivia em sua colocação no quilômetro 71 da estrada (BR-17), entre Brasília e Assis Brasil, onde o capataz Horácio a visitou, alertando para não fazer nenhuma benfeitoria na propriedade, pois o Seringal tinha um novo dono e ela teria que sair da terra sem direito à indenização.

Valdiza era uma mulher valente e decidida, tinha um filho e uma filha ainda jovens, o marido se tornara deficiente físico, por isso ela cuidava de tudo: do roçado, das pequenas criações, da caça e da pesca, da produção de borracha e da coleta de castanha. Sua energia era notável, pronta para a solidariedade, para ajudar os amigos e resolver situações incômodas na cidade.

Quando a ameaçou, o capataz não sabia com quem estava mexendo. “Vou lutar nem que o sangue chegue no meio da canela” – dizia ela, de um jeito que ninguém poderia duvidar. Ora, dona Valdiza gostava de ouvir rádio, para saber das novidades distantes! Ela ouviu a notícia sobre a instalação da Contag, em Rio Branco, e sobre “um tal doutor João Maia”, delegado da entidade, que ia criar sindicatos de trabalhadores rurais em todo o estado, para que lutassem por seus direitos legais.

Sem perder tempo, montou sua égua e saiu mato adentro chamando seringueiros para irem à capital “procurar esse homem”. Não encontrou coragem. As famílias estavam descrentes de que poderiam encontrar ajuda de políticos e autoridades. Muitos estavam saindo para as sedes municipais ou para a Bolívia.

O tempo em dezembro era de muita chuva, a BR-317 ainda não tinha asfalto e suas ladeiras eram íngremes,

um lamaçal só. Poderia ser melhor em grupo, mas Val-diza andou sozinha 71 quilômetros até Brasiléia, depois pegou um ônibus pra Rio Branco e conversou com o João Maia.

O delegado da Contag era um homem educado, tinha vivido nos kibutzes em Israel, trabalhara com as famosas Ligas Camponesas em Pernambuco, sabia como chegar e arrancar prosa dos trabalhadores aflitos. Ele sempre pedia um pouco de tabaco migado e uma folha de espiga de milho para enrolar um cigarro, fazia questão de sentar-se no chão da casa, com as pernas cruzadas sobre a paxiúba, para fumar seu cigarro. Dali a conversa fluía solta e engajada.

Em setembro de 1979, os seringueiros deram uma demonstração de força, realizando na estrada (BR-317) para Boca do Acre o “Mutirão contra a Jagunçada”, que reuniu 300 sindicalistas para expulsar 12 jagunços armados e 45 operadores de motosserra que infernizavam a vida de posseiros.

O acontecimento despertou a ira dos fazendeiros, grileiros de terras e seringalistas, que acabaram matando Wilson Pinheiro. Dez anos após morria Chico Mendes, em casa, também de tocaia com um tiro no peito. Nessa época (1980), a “Mulher do Sindicato” havia se separado do marido e se transferido com os filhos para a cidade de Rio Branco, juntando-se às famílias expulsas da floresta com as quais criou novas formas de luta.

Na floresta ficou o seu símbolo, referenciado por outras mulheres. Atualmente, muitas mulheres atuam nos sindicatos acompanhadas pela imprensa (sobretudo

o Varadouro, jornal alternativo que esteve ao lado dos trabalhadores durante a ditadura), associações, ONGs nacionais e internacionais e outras entidades. Agora é preciso salvar as Reservas Extrativistas (Resex) e o meio ambiente, legados deixados por Wilson e Chico, com ânimo para realizar novos empates, se preciso for.

“Dona Valdiza, que ficou conhecida como a “Mulher do Sindicato”, manifestou alegria enorme quando, no mês de dezembro de 1975, João Maia fundou o Sindicato STR de Brasiléia, “para fortalecer a resistência dos seringueiros do Acre e de todos os povos da Amazônia!”

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1a edição, editora Xapuri, 2008; www.ovaradouro.com.br; Revista Xapuri (www.xapuri.info).



UMA LUTA MONUMENTAL E PERIGOSA

Elson Martins

Em Xapuri, sobretudo, o capataz da Bordon, Tomás, reagia com violência aos empates. De tanto brigar com os seringueiros, a empresa desistiu do projeto no estado. Em Brasília, terra de Wilson Pinheiro, a Fazenda Carmem (no Seringal Carmem) tentou “limpar” a área através de acordos desfavoráveis aos posseiros. O caso mais escandaloso foi o da Coloama (Colonizadora Agropecuária São Paulo Amazonas S.A.).

Seu projeto inicial, que previa a construção de uma cidade com prédios de até 12 andares para seringueiros, estava aprovado para ser desenvolvido no sul do Amazonas, mas houve um impedimento legal por localizar-se em área de 500 mil hectares a menos de 150 metros de uma estrada federal.

O proprietário, Pedro Aparecido Dotto, de Jales (SP), não se aperreou: transferiu o projeto para Sena Madureira, no Acre, sem nenhuma modificação. Tinha a garantia de CR\$40 milhões do Probor, Proterra e Basa, mas o Incra solicitou a anulação de seu registro de colonizadora e iniciou discriminatória judicial para impugnar a documentação dos imóveis. A colonizadora pretendia regularizar uma área de quatro milhões de hectares.

Os fazendeiros contratavam peões e jagunços fora do Estado, para não criar embaraços com laços familiares se o fizesse com os locais. E também porque uma boa parte dos seringueiros não concordava em cortar árvores seringueiras e castanheiras, muito menos tocar

fogo na mata. A mão de obra era importada de Cascavel e outras cidades do Mato Grosso e Paraná.

Essa gente era recolhida nas delegacias de polícia, por isso viajavam de ônibus, com roupa suja e de cabeça raspada. O pecuarista Benedito Tavares do Couto, de Mato Grosso, chegou a contratar um Boeing 737 para trazer 70 operadores de motosserra até Rio Branco.

O delegado regional do Ministério do Trabalho, Humberto Brasiliense, acompanhou a equipe da Contag algumas vezes, para averiguar denúncias da existência de cemitérios particulares existentes nas áreas de desmatamento. A força dos 8 sindicatos criados pela Contag apareceu no empate que recebeu o nome de “Mutirão contra a Jagunçada”.

Aconteceu em setembro de 1979 às margens da BR-317, nas proximidades da cidade de Boca do Acre, ao sul do estado do Amazonas. Posseiros da área estavam sendo ameaçados por jagunços mantidos por um rico pecuarista de São Paulo, interessado nas terras do Seringal Senápoles.

Eles reclamaram que os jagunços usavam metralhadoras e rifles para matar animais domésticos e assustar as famílias com disparos ao anoitecer. Os sindicatos juntaram 300 homens para enfrentar os agressores. Os jagunços, em número de 12, correram para o mato e foram acolhidos por pecuaristas vizinhos que os transportaram de carro e de avião monomotor para outros municípios. Mas os sindicalistas prenderam o capataz e 45 peões, que só foram liberados após serem submetidos a uma espécie de tribunal montado no meio da estrada (BR-317).

Eufórico com o resultado, Wilson Pinheiro deu entrevista à rádio de Brasília afirmando que os sindicatos não iriam, a partir daquele momento, permitir que nenhuma árvore fosse derrubada em todo o estado. A resposta dos fazendeiros foi imediata e raivosa: “Se é assim, vão aparecer muitas viúvas no Acre!” A primeira delas foi a esposa de Wilson, Terezinha Pinheiro, cujo marido foi assassinado de tocaia, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, no dia 21 de julho de 1980.

Como de outras vezes, a polícia encontrou dificuldades de identificar e prender os criminosos, mas os trabalhadores, quando voltavam do velório, mataram o principal suspeito, o capataz Nilo Sérgio, que encontraram na estrada entre Brasília e Assis Brasil.

O metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva esteve no velório e discursou dizendo: “Tá na hora da onça beber água”; por isso foi indiciado pelo Ato Institucional nº 5, criado na Ditadura Militar, juntamente com João Maia, Chico Mendes, Joaquim Francisco da Silva (presidente nacional da Contag) e o líder metalúrgico Jacob Bittar, do ABC paulista. Chico Mendes assumiu o comando do movimento a partir de Xapuri.

O novo líder conquistou aliados para a resistência acreana na cidade, no país e até no exterior. Em 1985, criou o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que colocou em discussão temas como Reserva Extrativista, exploração comunitária e nacional da biodiversidade amazônica, unidades de conservação, demarcação de áreas indígenas, estudos de impacto ambiental nas estradas e outros projetos abertos na região.

A luta de Chico Mendes foi monumental e perigosa. Nos anos 1970 e 1980 espalhou-se uma energia ruim no estado inteiro. A sociedade extrativista se contorcia de dor, mas quase ninguém se importava.

As vantagens, os direitos, as leis, as oportunidades oferecidas pelo regime militar excluíaam o pioneirismo e a tradição da terra. As motosserras roncavam na floresta e o fogo seguia atrás, queimando a paisagem. Quem mais se preocupava com o futuro da tradição extrativista eram os subletrados da floresta, como Chico Mendes. Foram eles que reagiram com os empates e trouxeram o conflito para a cidade.

Fontes: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008; www.ovaradouro.com.br; “Vozes da Floresta, 3ª edição, editora Xapuri, 2024.





Foto: Elson Martins



MUTIRÃO CONTRA A JAGUNÇADA

Elson Martins

A força dos oito sindicatos criados pela Contag apareceu no empate que recebeu o nome de “Mutirão contra a Jagunçada”. Aconteceu em setembro de 1979 às margens da BR-317, nas proximidades da cidade de Boca do Acre, ao sul do estado do Amazonas.

Posseiros da área estavam sendo ameaçados por jagunços mantidos por um rico pecuarista de São Paulo, interessado nas terras do seringal Senápoles. Eles reclamaram que os jagunços usavam metralhadoras e rifles para matar animais domésticos e assustar as famílias com disparos ao anoitecer.

Os sindicatos juntaram 300 homens para enfrentar os agressores. Os jagunços, em número de 12, correram para o mato e foram acolhidos por pecuaristas vizinhos que os transportaram de carro e de avião monomotor para outros municípios. Mas os sindicalistas prenderam o capataz e 45 peões, que só foram liberados após serem submetidos a uma espécie de tribunal montado no meio da estrada (BR-317).

Eufórico com o resultado, Wilson Pinheiro deu entrevista à rádio de Brasília afirmando que os sindicatos não iriam, a partir daquele momento, permitir que nenhuma árvore fosse derrubada em todo o estado. A resposta dos fazendeiros foi imediata e raivosa:

“Se é assim, vão aparecer muitas viúvas no Acre!” A primeira delas foi a esposa de Wilson, Terezinha Pinheiro, cujo marido foi assassinado de tocaia, na sede

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, no dia 21 de julho de 1980.

Como de outras vezes, a polícia encontrou dificuldades de identificar e prender os criminosos, mas os trabalhadores, quando voltavam do velório, mataram o principal suspeito, o capataz Nilo Sérgio, que encontraram na estrada entre Brasília e Assis Brasil.

O metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva esteve no velório e discursou dizendo: “Tá na hora da onça beber água”; por isso foi indiciado pelo Ato Institucional nº 5, criado na ditadura militar, juntamente com João Maia, Chico Mendes, Joaquim Francisco da Silva (presidente nacional da Contag) e o líder metalúrgico Jacob Bittar, do ABC paulista.

Chico Mendes assumiu o comando do movimento a partir de Xapuri. O novo líder conquistou aliados para a resistência acreana na cidade, no país e até no exterior.

Em 1985, criou o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que colocou em discussão temas como Reserva Extrativista, exploração comunitária e nacional da biodiversidade amazônica, unidades de conservação, demarcação de áreas indígenas, estudos de impacto ambiental nas estradas e outros projetos abertos na região.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

“O PRIMEIRO MOVIMENTO FORTE QUE CRESCE NO ACRE”

Chico Mendes

Em 79, o maior movimento rompeu-se no Acre. No município vizinho do Acre, na fronteira com o Acre, no município de Boca do Acre, estado do Amazonas, um grupo de seringueiros são ameaçados por jagunços, por pistoleiros, e o Acre, aqui, nós mandamos 300 homens para cercar o acampamento dos pistoleiros, tomamos todas as armas.

Eu não fui, mas o companheiro Raimundo, meu primo, foi, e este foi o primeiro movimento mais forte que se rompe, que cresce no Acre, liderado pelo companheiro Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato de Brasília.

Isso deu uma repercussão muito forte, e como naquele momento Wilson Pinheiro era a figura principal nos empates de derrubada, em todo o Acre, no mês de junho os fazendeiros da região fazem uma reunião e decidem pela morte de Wilson Pinheiro e de Chico Mendes, que também estava começando a crescer naquele momento.

No dia 21 de julho de 1980, eu estava numa assembleia sindical no Vale do Juruá, no outro lado do Acre, e Wilson Pinheiro estava em Brasília, na sede do Sindicato, assistindo a uma televisão com seus companheiros. E nessa noite, um pistoleiro se deslocou para Brasília e outro aqui pra Xapuri.

O que chegou aqui em Xapuri, perdeu a viagem porque aqui eu não estava. O de Brasília acertou em cheio no Wilson Pinheiro. Por ali, no canto da casa, deu três tiros e matou o Wilson Pinheiro.

Naquele momento, taticamente, os fazendeiros avaliaram que o Sindicato de Brasília, apesar de ser forte, mas ele tava centralizado numa liderança que era o Wilson Pinheiro e que ele deveria morrer porque, matando o Wilson Pinheiro, o Sindicato recuaria e eles conseguiriam com isso seu trunfo principal, que era o domínio sobre a terra.

Fonte: Depoimento gravado por Lucélia Santos, maio de 1988.



WILSON PINHEIRO



Foto: Memorial da Resistência

Seringueiro e lavrador, pai de oito filhos, Wilson Pinheiro foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC), [fundado em 1975] e membro da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT) no mesmo município.

Wilson Pinheiro, fez história no movimento pelo direito à terra do povo acreano. Foi membro-fundador de um dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Acre (ao lado do então desconhecido Chico Mendes), em 1975, no Seringal Carmem, na casa da seringueira Valdiza Alencar, no município de Brasiléia.

Wilson Pinheiro se opunha ao domínio dos latifundiários agropecuaristas na região, exercido com anuência dos agentes do Estado, durante o regime militar (1964-1985).

Anos antes, o governador do Acre, seguindo a linha do governo federal, colocara regiões inteiras do estado em leilão: lotes de terra eram vendidos juntamente com as casas dos seringueiros; ao mesmo tempo em que fazendeiros e grileiros recebiam o reforço policial e jurídico para “limpar” estas terras, derrubando tudo que ali houvesse: seringueiras, castanheiras e moradias [inclusive casa de seringueiro com mulh r e filhos dentro, segundo relatos de Chico Mendes].

Wilson Pinheiro mobilizava a realização de “empates” – manifestações pacíficas dentro da floresta que tinham como objetivo interromper o desmatamento, preservando a posse dos seringueiros e, assim, impedir a expansão descontrolada dos pastos.

Liderou, ainda, uma comissão mista de trabalhadores rurais e indígenas que, anos mais tarde, viria a se tornar a Aliança dos Povos da Floresta. Tal comissão respaldou dezenas de colaborações entre indígenas e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros no Acre.

A mobilização política iniciada por Wilson Pinheiro e seus companheiros foi fundamental para a ampliação dos limites jurídicos da categoria política do “camponês”, pondo, sob sua égide, os chamados “povos extrativistas”, fato que está na origem das Reservas Extrativistas (Resex) da atualidade, [cuja proposta foi anunciada ao Brasil e ao mundo por Chico Mendes, em outubro de

1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na UnB, Universidade de Brasília].

Wilson Pinheiro foi morto na tarde de 21 de julho de 1980, com três tiros nas costas, na sede do Sindicato de Brasília. “No dicionário de meu pai não existia a palavra covardia. O pistoleiro que assassinou meu pai, sim, era covarde porque atirou pelas costas”, conta sua filha, Hiamar.

Segundo relatos, o governo do Estado sabia das ameaças de morte feitas pelos fazendeiros e grileiros da região ao líder sindical, mas nada fez para protegê-lo. O secretário da Prefeitura local, Guilherme Lopes, afirmava, segundo se diz na localidade, que os conflitos de terra no Acre só teriam fim “com a morte dos líderes rurais”.

O assassinato de Wilson Pinheiro gerou imediata onda de protestos. “Mataram o nosso presidente, mas não vão matar a nossa união”, diziam as faixas que acompanharam o cortejo fúnebre.

Condenações públicas vieram do então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como da bancada federal do PMDB.

No entanto, a despeito da comoção, o assassinato do líder sindical não foi esclarecido e aqueles que cobravam as devidas providências foram intimidados pelos agentes do Estado, como relata o jornal O Movimento:

“Dois dias depois [do assassinato] circularam em Brasília notícias de que um grupo de camponeses, revoltados, matara um fazendeiro, e a polícia local – que até agora não conseguiu nenhuma pista sobre o assassinato de Wilson – ameaçou intimidar para depor os di-

rigentes locais do PT, os representantes da Contg e outros líderes, sob pretexto de que eles haviam ‘incitado’ a morte do fazendeiro, com suas palavras de protesto”.

Com efeito, no dia 5 de agosto de 1980, Lula, Jacó Bittar, José Francisco da Silva e Chico Mendes foram enquadrados no artigo 36, incisos 2º e 4º, parágrafo único, da Lei de Segurança Nacional.

Todos foram acusados por “incitamento à luta armada”, “apologia à vingança”, e incitamento à “luta pela violência entre as classes sociais”, tão somente por terem discursado no ato público de protesto contra a morte de Wilson Souza Pinheiro.

Fonte: Memorial da Resistência <https://memorialdaresistencia.org.br/pepsoas/wilson-souza-pinheiro/>



O ASSASSINATO DE WILSON PINHEIRO

Gomercindo Rodrigues

Era óbvio que a resistência dos seringueiros, organizados em sindicatos, causava mal-estar entre os fazendeiros que, embora desmatassem, não o faziam como desejavam e, em muitos locais, sequer conseguiam desmatar, devido à grande mobilização dos trabalhadores.

Com essa situação, os fazendeiros pensaram e executaram um plano para exemplar os seringueiros de Brasília e desestruturar a organização sindical emergente: no dia 21 de julho de 1980 foi assassinado, dentro da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson Pinheiro, seu grande presidente.

Mas o plano urdido não ficou só nisso: os mesmos que mandaram matar Wilson Pinheiro tramaram um plano ainda mais macabro: matar o gerente de fazenda que possivelmente mais sabia sobre a morte de Wilson Pinheiro e atribuir a culpa dessa morte a trabalhadores rurais. Era matar dois coelhos com uma só cajadada!

Tudo aconteceu e está registrado no processo que tramitou na Comarca de Brasília, mais ou menos assim: no dia 28 de julho de 1980, estranhamente, Jesus Matias, um agricultor que também tinha bom relacionamento com Nilão, o gerente de fazenda, deslocou-se cedo da manhã, em uma caminhonete fretada até a fazenda onde Nilo Sérgio se encontrava, tomando o café

da manhã com este, segundo informações no plenário do Tribunal do Júri prestadas pelo advogado da viúva de Nilão.

É importante ressaltar que o estranho na viagem de Jesus Matias está no fato de que o caminhão do Sindicato faria o transporte dos trabalhadores no mesmo dia, por volta das 9:00 horas da manhã, gratuitamente, mas ele não o esperou. Foi antes, pagando o frete de uma caminhonete, algo custoso para um agricultor.

Depois de fazer Nilão perder algum tempo e, certamente, ter informações sobre o horário em que ele deixaria a fazenda, Jesus Matias voltou alguns quilômetros (cerca de oito) e ficou aguardando a chegada dos trabalhadores que estavam retornando do ato em homenagem a Wilson Pinheiro, cujo assassinato ocorrera há uma semana.

Ao se deslocar para este local, Jesus Matias fazia-se acompanhar de dois estranhos, que não eram conhecidos de nenhum dos trabalhadores rurais que estavam vindo da cidade – Jesus Matias dizia que os dois eram operadores de motosserra –, que teriam sotaque paraguaio, segundo a afirmação de uma testemunha no processo.

Quando os trabalhadores que vinham da cidade chegaram onde Matias estava, não era mais possível prosseguir no caminhão do Sindicato, pois havia chovido e a estrada estava em péssimas condições, ele disse que Nilão iria fugir e que era necessário detê-lo e entregá-lo às autoridades, com o que concordaram os trabalhadores, mas quando Nilo Sérgio chegou, Jesus Matias

e os dois estranhos cuidaram para que ele fosse chacinado, recaindo a culpa sobre os trabalhadores.

Dessa forma, eliminou-se uma possível testemunha e, ao mesmo tempo, atribuiu-se a morte de um gerente de fazenda aos trabalhadores rurais. Politicamente nada mais desejável para os fazendeiros, que desviaram as atenções das investigações sobre o assassinato de Wilson Pinheiro.

Tanto foi assim que Lula, Jacó Bittar, Chico Mendes, entre outros, responderam a um processo, que chegou a ter dois julgamentos, nos quais foram absolvidos, no Tribunal Militar de Manaus, enquadrados que foram na Lei de Segurança Nacional, como incitadores da violência contra Nilão e ninguém, absolutamente ninguém, até hoje, sentou, nem sentará, porque o crime já prescreveu, no banco dos réus acusado da morte de Wilson Pinheiro.

Recentemente 16 trabalhadores rurais foram julgados acusados da autoria da morte de Nilão. Foram absolvidos porque os jurados de Brasília entenderam que a versão acima apresentada é muito mais verossímil do que a que sustentou a polícia e a acusação até o plenário do Júri. O processo está em fase recursal.

Registre-se, por oportuno, que cerca de dois anos mais tarde foi assassinado o próprio Jesus Matias, por uma pessoa que tomava café com ele. O mesmo “*modus operandi*” (jeito de fazer).

O impressionante nessa história toda, e que está registrado nos autos do processo que apurou o assassinato de Nilão, em Brasília, é que testemunhas prestaram

depoimentos, descreveram os possíveis verdadeiros autores, inclusive que um deles tinha sotaque paraguaio.

A polícia, ao invés de buscá-los, até porque entre os seringueiros acusados da morte de Nilo Sérgio de Oliveira nenhum tinha sotaque paraguaio, e investigar os homens que estavam com Jesus Matias no local do crime antes dele acontecer, preferiu encerrar o inquérito indiciando apenas os seringueiros, que foram denunciados.

Até as alegações de tortura – unhas arrancadas, surra com toalha molhada, entre outras – em vários dos seringueiros presos, acusados da morte do “Nilão” foram apenas parcialmente investigadas. A então juíza da Comarca de Brasília, hoje Desembargadora Miracele Borges, mandou que fossem feitos laudos de exame de corpo de delito pelo Instituto Médico Legal.

Tais laudos não constatarem nada na maioria dos seringueiros presos e, os que constatarem, sumiram do processo. Há, apenas, menção aos mesmos, no encaminhamento feito pelo diretor do IML à juíza, quando relaciona todos os laudos encaminhados. Alguns não constam dos autos. Ninguém se deu conta dessas “ausências”.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.

E OS ASSASSINOS DE WILSON?

Elson Martins

Foi um “trabalho” bem feito, sem dúvida. Um tiro certo nos rins, nem precisavam os outros dois, era suficiente para derrubar a matar quase no mesmo instante qualquer homem, mesmo que fosse o Wilsão com quase um metro e noventa de altura.

Obra de um “profissional do gatilho”, segundo o parecer de um dos mais experientes delegados da Polícia Civil do Estado, um dos primeiros designados para tomar conta do caso.

Um trabalho bem feito, um tiro certo, obra de um profissional, mas um crime relativamente fácil de ser desvendado. Era cedo ainda naquela noite do dia 21 de julho de 1980. A pequena cidade de Brasília estava acordada, assistindo novela das oito.

Alguns moradores mais próximos da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais teriam, inclusive, visto, depois dos tiros, um homem de chapéu e camisa vermelha correndo pela rua em direção ao rio. rumando para a Vila Eptaciolândia.

A delegacia de polícia fica, no máximo, a dez minutos do Sindicato. No município de Brasília, além da delegacia de polícia, há um destacamento da Polícia Militar, um posto de fronteira da Polícia Federal e soldados do Exército aquartelados.

Pelas Informações fornecidas pelos trabalhadores e dirigentes sindicais, não mais do que meia-dúzia de fazendeiros da região eram suspeitos como os prováveis mandantes do crime:

No entanto, já lá se vão oito meses que assassinaram Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, e as autoridades de Segurança do Estado limitam-se a dizer que estão “na pista” do criminoso, sem ao menos, corar as bochechas de vergonha.

Aliás, desde os primeiros momentos em que ocorreu o crime, o comportamento dessas autoridades jamais deixou dúvidas sobre que lado estavam – dos fazendeiros ou dos trabalhadores.

Os primeiros policiais a chegarem no local do crime, ao invés de correrem atrás do pistoleiro, permaneceram na sede do sindicato, esperando, quem sabe, que o matador viesse se entregar.

Nos dois dias seguintes, durante o velório, a mesma coisa: ao invés de seguirem o rastro ainda fresco do criminoso, a preocupação maior dos policiais era de vigiar os trabalhadores que velavam o corpo do seu líder assassinado. Posteriormente, ao que consta, nenhum fazendeiro apontado como suspeito sequer foi gentilmente convidado a prestar esclarecimentos.

Nesses oito meses, vários delegados já foram afastados e outros designados para apurar o crime. Quando interpelado, o secretário de Segurança Pública do Estado responde apenas cinicamente que “estamos na pista”. Essa pista do Secretário é bom que a opinião pública e os trabalhadores saibam – seria uma tremenda e macabra piada de mau gosto, se no fundo, no fundo, não revelasse também as suas simpatias pelos “patrões” seringalistas e fazendeiros.

Através de fontes da própria Secretaria de Segurança Pública, soube-se que o secretário está convencido de que quem matou Wilson Pinheiro ou foi gente de sua família ou algum diretor do sindicato que queria tomar seu lugar na presidência.

Se alguém conseguir rir com uma estupidez desse tamanho, ria.

Diferente, porém, muito diferente foi o comportamento dessas mesmas autoridades, uma semana depois do assassinato de Wilson Pinheiro, quando um grupo de trabalhadores. percebendo que a policia não estava empenhada em desvendar o crime, fez suas próprias investigações e resolveu fazer justiça com as próprias mãos.

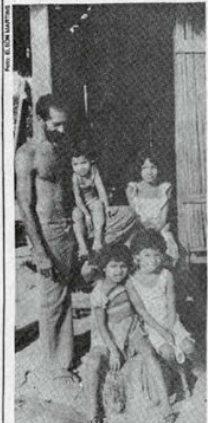
Assim que a notícia chegou a Rio Branco, de que um grupo de seringueiros e posseiros haviam matado o gerente da fazenda Nova Promissão, Nilo Sérgio de Oliveira, o secretário de Segurança deixou o gabinete do governador do Estado afirmando para os jornalistas que iria agir “energicamente”.

De imediato, deslocou para Brasília os mais experientes policiais e cerca de 90 homens, armados até os dentes, para seguir a pista dos trabalhadores. Em poucos dias, rastream, interrogaram, bateram, torturaram e prenderam os responsáveis pela morte do capataz da fazenda.

Enquanto que, o assassino ou os assassinos de Wilson Pinheiro, provavelmente, passeavam por aí nas estradas ou sobrevoavam a região de teco-teco, como urubus depois do banquete.

Aos trabalhadores do Acre ficou mais uma vez a triste lição de que as autoridades e, principalmente, a polícia são o braço armado dos patrões, e a pergunta: Quem matou Wilson Pinheiro?

E os assassinos de Wilson ?



Wilson: uma vida de lutas

Foi um "trabalho" bem feito, sem dúvida. Um tiro certo nos rins, nem precisavam os outros dois, era suficiente para derrubar e matar quase no mesmo instante qualquer homem, mesmo que fosse o Wilson com quase um metro e noventa de altura.

— Obra de um profissional do gatilho", segundo o parecer de um dos mais experientes delegados da Polícia Civil do Estado, um dos primeiros designados para tomar conta do caso.

Um trabalho bem feito, um tiro certeiro, obra de um profissional, mas um crime relativamente fácil de ser desvendado.

Era cedo ainda naquela noite do dia 21 de julho de 1980. A pequena cidade de Brasília estava acordada, assistindo novela das oito. Alguns moradores mais próximos da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais teriam inclusive visto, depois dos tiros, um homem de chapéu e camisa vermelha correndo pela rua em direção ao rio, rumando para a Vila Epitaciolândia. A delegacia de polícia fica, no máximo a dez minutos do Sindicato. No município de Brasília, além da delegacia de polícia, há um destacamento da Polícia Militar, um posto de fronteira da Polícia Federal e soldados do Exército aquartelados. Pelas informações fornecidas pelos trabalhadores e dirigentes sindicais, não mais do que melizinha de fazendeiros da região seriam suspeitos como os prováveis mandantes do crime.

No entanto, já lá se vão oito meses que assassinaram Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, e as autoridades de segurança do Estado limitam-se a dizer que estão "na pista" do criminoso, sem ao menos, corar as bochechas de vergonha.

Aliás, desde os primeiros momentos em que ocorreu o crime, o comportamento dessas autoridades jamais deixou dúvidas sobre qual lado estavam — dos fazendeiros ou dos trabalhadores. Os primeiros policiais a chegarem no local do crime, ao invés de correrem atrás do pistoleiro, permaneceram na sede do sindicato, esperando, quem sabe, que o matador viesse se entregar. Nos dois dias seguintes, durante o velório, a mesma coisa: ao invés de seguirem o rastro ainda fresco do criminoso, a preocupação maior dos policiais

era de vigiar os trabalhadores que velavam o corpo do seu líder assassinado.

Posteriormente, ao que conta, nenhum fazendeiro apontado como suspeito sequer foi gentilmente convidado a prestar esclarecimentos. Nesses oito meses, vários delegados já foram alçados e outros designados para apurar o crime. Quando interpellado, o secretário de Segurança Pública do Estado responde apenas clinicamente que "estamos na pista". Essa pista do Secretário — é bom que a opinião pública e os trabalhadores saibam — seria uma tremenda e macabra piada de mau gosto, se no fundo, no fundo, não revelasse também as suas simpatias pelos "patrões" seringueiristas e fazendeiros. Através de fontes da própria Secretaria de Segurança Pública, soube-se que o secretário está convencido de que quem matou Wilson Pinheiro ou foi gente de sua família ou algum diretor do sindicato que queria tomar seu lugar na presidência. Se algum conseguir rir com uma estupididade desse tamanho, não.

Diferente, porém, muito diferente foi o comportamento dessas mesmas autoridades, uma semana depois do assassinato de Wilson Pinheiro, quando um grupo de trabalhadores, percebendo que a polícia não estava empenhada em desvendar o crime, fez suas próprias investigações e resolveu fazer justiça com as próprias mãos.

Assim que a notícia chegou a Rio Branco, de que um grupo de seringueiros e posseiros haviam matado o gerente da fazenda Nova Promissão, Nilo Sérgio de Oliveira, secretário de Segurança deixou o gabinete do governador do Estado afirmando para os jornalistas que iria agir "energicamente". De imediato, deslocou para Brasília, os mais experientes policiais e cerca de 90 homens, armados até os dentes, para seguir a pista dos trabalhadores. Em poucos dias, rastreamento, interrogatório, bateram, torturaram e prenderam os responsáveis pela morte do capataz da fazenda. Enquanto que, o assassino ou os assassinos de Wilson Pinheiro, provavelmente, passavam por aí nas estradas ou acrobavam a região de teco-teco, como urubus depois do banquete.

Aos trabalhadores do Acre ficou mais uma vez a triste lição, de que as autoridades e principalmente a polícia são o braço armado dos patrões, e a pergunta: quem matou Wilson Pinheiro?

INVESTIGAÇÕES SOBRE O ASSASSINATO DE WILSON PINHEIRO



Foto: Acervo CTA

O Ministério Público Federal (MPF) recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, para condenar a União e o estado do Acre por omissão nas investigações da morte do líder seringueiro Wilson Pinheiro durante o período da ditadura militar (1964-1985). O sindicalista Wilson Pinheiro foi morto na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, em 21 de julho de 1980.

O assassinato de Pinheiro marcou o ápice da luta entre os seringueiros acreanos e os “paulitas” que chegavam à Amazônia incentivados pela ditadura para transformar a floresta em pasto para o gado. A ocupa-

ção dos seringais pelos pecuaristas provocou graves conflitos entre as famílias de seringueiros que há gerações ocupavam a terra e os “novos donos do Acre”.

A morte de Wilson Pinheiro ocasionou a vinda do então líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva para prestar apoio ao movimento de resistência dos trabalhadores rurais. Durante seu discurso, Lula proferiu a famosa frase “está chegando a hora de a onça beber”, vista como uma mensagem de retaliação pelos fazendeiros. Por conta disso, Lula e Chico Mendes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Ao julgar ação civil pública ajuizada pelo MPF, a Justiça Federal no Acre entendeu que não houve omissão estatal e negou o pedido do MPF para responsabilização do Estado. Com o recurso, o procurador da República Lucas Costa Almeida Dias, responsável pelo caso, busca modificar a sentença da primeira instância.

Segundo ele, a decisão questionada falhou em reconhecer a ligação direta entre a morte de Wilson Pinheiro e a ditadura militar, apesar de reconhecer a importância histórica para o contexto social da época. A sentença aponta que a falta de apuração foi resultado da ineficiência estrutural dos órgãos de segurança pública da época e negou que tenham sido apresentadas provas que comprovassem a omissão nas investigações. Além disso, a Justiça também ressaltou que o descaso com crimes desse tipo persiste até os dias atuais.

Fonte: <https://ovaradouro.com.br/mpf-recorre-para-condenar-uniao-e-acre-por-omissoes-em-investigacoes-da-morte-de-wilson-pinheiro/>

O FORTALECIMENTO DOS SINDICATOS

Raimundo Mendes de Barros

Meu nome é Raimundo Mendes de Barros, conhecido como Raimundão. Sou seringueiro de nascimento e posso dizer que sou umas das pessoas que tiveram o privilégio de conviver como primo, amigo e companheiro de Chico Mendes.

Foi na luta, junto com Chico, que compreendi a dimensão do nosso sofrimento e que era a partir da coragem de tomar posição - nos juntando a outros companheiros - que a gente ia romper com a opressão. E foi justamente isso que a gente fez. Sem nunca ter ido à escola, foi por meio de Chico que aprendi muita coisa dessa luta.

A gente vinha sendo massacrado. Tínhamos passado pelos patrões da borracha, pelo isolamento dos benefícios do Estado, do município, da nação, e pela venda dos nossos produtos a preços que não compensavam nosso trabalho. Era um verdadeiro massacre o que acontecia com a gente, porque vivíamos como posseiros dentro das nossas colocações: enquanto tinha força de trabalhar, a gente tinha valor; e quando não tinha mais, nos despediam e mandavam embora.

Na época dos patrões da borracha a nossa vida foi assim. Depois veio o latifúndio e só piorou. Nossa borracha não podia mais ser vendida por nós mesmos. A gente tinha que entregar pros comboieiros que vinham buscar o nosso produto nas nossas colocações. Tinha-

mos que pegar o quase nada que a gente tinha, botar nas costas, botar os filhos e a mulher no varadouro e ir embora para outro canto.

Era sempre pra periferia das cidades, onde se juntava a miséria, a prostituição, a violência e a desagregação da família. O latifúndio nos trouxe isso. Foi contra o latifúndio que aprendemos a lutar com muita energia e que construímos o que eu relato com grande satisfação.

Nos anos 1970, tivemos a colaboração da Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação. Apesar da timidez que a gente tinha, ela nos motivou, nos orientou e nos deu alguns conhecimentos porque a repressão era muito forte.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.







*Foto: Sede do Sindicato STR de Xapuri logo após o assassinato de Chico Mendes.
Acervo CTA*

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI

Gomercindo Rodrigues

Em 1977 surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, que ficou sendo a segunda base de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no Vale do Acre. Chico Mendes, já como vereador no município pelo MDB, ajuda a fomentar a discussão para a fundação do STR de Xapuri, que viria a presidir de 1983, quando deixou a Câmara Municipal, até a sua morte em 1988.

O Movimento Tortura Nunca Mais/RJ assim descreve a fundação do STR de Xapuri:

A selva amazônica foi sempre vista pela gente urbana como um espaço vazio, mundo do Gênesis, mata profunda de verdor sem trégua. América virgem com vocação para terceiro mundo interno. Esse olhar abarca grupos nativos dessa imensa terra incógnita, suas culturas, e as riquezas sem fim, acumuladas no fundo de lagoas míticas ou arrastadas em tumultos de enxurradas.

A sociedade nacional é incapaz, em todos os níveis da sua estratificação social, de compreender as milenares experiências de adaptação ecológica das minorias étnicas da Amazônia. O sistema socioeconômico imperante no país bloqueia toda a possibilidade de repensar e reinventar os laços entre a nossa sociedade e o mundo amazônico.

As sociedades nativas mantêm o tecido da mata, suas muitas plantas proliferam juntas e se enredam sem racionalidade aparente. Os nativos e as populações ribeirinhas sabem que a selva é um rico ecossistema generalizado. Mas, a engrenagem capitalista trava com a mata relações opostas a essas, porque a sua racionalidade econômica exige o monocultivo: a selva é desmatada e substituída pela plantação ou pelo boi.

O bosque torna-se um obstáculo e é exterminado. Sabemos que, ao ritmo atual de destruição, pouco restará da Amazônia brasileira dentro de dez anos. Nesse caso, aos nativos caberá a liquidação dos seus deuses, dos seus idiomas, da sua ciência; à população não indígena, restará uma existência desolada e sem esperança.

Os seringueiros de Chico Mendes decidiram resistir; sabem que a selva não é um espaço despovoado, negação da modernidade, a ser destruído pelo progresso. Sabem também que a Amazônia não serve como válvula de escape para os problemas da terra no resto do país. Entendem que reforma agrária não é o mesmo que colonização da selva.

As populações nativas e os trabalhadores extrativistas querem preservar essa riqueza infundável. O índio não quer perder a sua identidade étnica, não quer empantanar-se na proletarização e na discriminação social. Os trabalhadores extrativistas, ao lado deles, defendem a ideia da Amazônia-reserva, preservada para sempre como pomar nativo de tucumã,

papauã, açai, capaíba, pupunha e babaçu, bosque de seringueiras, castanheiras e madeiras de lei.

Hoje, as comunidades nativas agrupam-se em unidades federativas maiores, dando forma a políticas multiétnicas, nas quais a diversidade cultural é um ingrediente a mais para a criatividade coletiva. A interação desta rede federativa com a malha paralela formada pelo movimento dos seringueiros, sindicatos de trabalhadores extrativistas e unidades de produção silvo-industrial, dá sustento à economia e à futura organização sociopolítica da selva.

O Movimento dos Seringueiros ativa toda essa luta. Nos “empates”, homens, mulheres e crianças preservam a Amazônia como reserva extrativista, patrimônio coletivo e defendem o trabalho livre e solidário. O combate é duríssimo. Na selva amazônica, deste fim de século, reinventou-se a escravidão. Lá, jagunços e milícias privadas aterrorizam os trabalhadores para fazer da selva um território da UDR. A mão armada do latifúndio matou Wilson Pinheiro, matou Chico Mendes , e segue matando.

Foi nessas franjas de terra sem lei que se criou, em 1977, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Os seringueiros de Xapuri deram o melhor exemplo de resistência e de luta pacífica contra os grandes desmatamentos. No dizer de Chico Mendes, “a ideia pegou de cheio”. Promoveram em Brasília, em 1985, o Encontro Nacional dos Seringueiros, instalaram na Amazônia diversas delegacias sindicais, fundaram o Conselho Nacional dos Seringueiros. O Sindicato de Xapuri criou escolas para a educação popular, postos

de saúde e pretende criar cooperativas de produção e consumo, usinas de beneficiamento.

Formada em milênios de tempestades, a selva amazônica está hoje ameaçada de morte. Só a resistência dos seringueiros de Xapuri, aliada à luta dos outros trabalhadores extrativistas e ao despertar decidido das populações indígenas, só este imbatível movimento dos povos da floresta, poderá salvá-la e resguardar o eterno parto dos seus frutos.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.







Foto: Élson Martins

EMPATE DA BORDON

Mauro Almeida

Acompanhei a trajetória de Chico Mendes na década de 1980, em passagens por Rio Branco a caminho de Cruzeiro do Sul, em reuniões do CNS pela Amazônia, no empate da Bordon e em alguns momentos em que ele visitou minha casa, em São Paulo, ou eu o visitei, em Xapuri.

Lembro-me de episódios do empate da Bordon em 1986: um deles em Rio Branco e outro, em Xapuri, onde ficaram patentes alguns traços do Chico, como sua capacidade de mobilizar, liderar e reunir forças onde parecia não haver mais nenhuma. Essas habilidades justificam a comparação dele com Gandhi e Martin Luther King.

O primeiro ocorreu em um debate em Rio Branco, onde Chico “convocou” os presentes para o empate da Bordon no dia seguinte, propondo a troca da solidariedade à distância pela presença física na ação, introduzindo, assim, uma mudança fundamental no caráter dos empates, ao sustentar o empate numa conexão direta entre cidade e floresta, entre intelectuais e trabalhadores.

Chico recrutava companheiros como Gomercindo Rodrigues, para aprender uma lição inesquecível sobre a solidariedade e a amizade dos moradores da floresta que resistiam à violência. Essa mudança reverteria o isolamento dos empates, contra o qual ele já havia agido em 1985, quando solicitou à Mary Allegretti uma reunião de peso na capital da República, para dar visibilidade à resistência dos seringueiros.

No final do empate da Bordon, depois de três dias de acampamentos e bloqueios, a polícia expulsou os participantes para Xapuri em fila indiana. Marina Silva levantou os ânimos da nossa coluna propondo a ocupação do prédio do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), transformando o fim de um empate no começo de outro.

Ela devia estar articulada com Chico porque, quando chegamos a Xapuri, a outra coluna já estava no IBDF, cercada pela polícia militar. Chico mandou avisar aos jornais em Rio Branco que 200 seringueiros estavam no IBDF e chamou mais seringueiros para completar o número anunciado.

Quando os repórteres chegaram, ali estavam os 200 seringueiros. Havia muita tensão, mas Chico controlava a situação. Com a publicidade, o empate no IBDF funcionou como a segunda etapa do empate da Bordon, questionando a administração federal e tendo a Igreja Católica como mediadora para obrigar o governo estadual e a classe política a se manifestarem.

Era essa a magia do Chico: os liderados atendiam seu chamado para uma ocupação perigosa porque confiavam na sua capacidade para confrontar e depois negociar com ganho político. O empate que começou convocando participantes urbanos realizou-se com o heroísmo e findou-se com a afirmação pública da legitimidade das reivindicações dos seringueiros e de sua importância para toda a sociedade.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

“NÃO PASSA, DE JEITO NENHUM, NÃO PASSA”

Cecília Mendes

Sofri muito na época do empate [do Seringal Cachoeira], porque eu tinha muito medo da violência contra o Chico e contra os outros. O pessoal formava os batalhões em todas as entradas para não deixar entrar ninguém. O dia que foi de entrar mesmo, o pessoal falou:

“Não passa.” Eles vinham trazendo o oficial de Justiça para ver se assim passavam. Aí, quando chegaram e virou aquele montão de gente, o oficial de justiça falou: “Quer dizer que não passa?” E o Chico falou: “Não passa! De jeito nenhum, não passa! A gente conversa com você, que é oficial de Justiça, mas nossa conversa é pra dizer que não passa!”

Aí consultaram, consultaram, e foram embora. Mas o Chico não era culpado de nada, o Chico só queria defender o nosso lugar. Daqui até Rio Branco era tudo em seringal. Hoje em dia, onde não teve resistência, não tem uma árvore em pé. É de dar dó! A gente só vê castanheiras secas no meio do pasto.

O calor já está atingindo o seringal, tem dia que fica insuportável. A gente suporta bem aqui porque tem a mata e, quando fica quente demais, a gente vai para dentro da mata, vai se banhar no igarapé e aí se refresca.

Fonte: “Vozes da Floresta”, 1a edição, editora Xapuri, 2008.

EMPATE DO SERINGAL CACHOEIRA

Arison Jardim
Gomercindo Rodrigues

A data foi 14 de maio de 1988. A madrugada terminou sombria, iluminada pelas porongas que rompiam a escuridão. Foi um dia quente na floresta acreana. Não apenas pelo calor, mas pelas tensões que cerravam os semblantes de uma gente simples, humilde, talvez de pés descalços, mas de um coração guerreiro e sangue apaixonado.

Quando a razão deixou de ser ouvida, quando os argumentos sensatos foram calados pela presença de jagunços e policiais armados, a coragem e o amor pelo chão em que pisaram precisou gritar mais alto.

Foi então que a seringueira Marlene Mendes tomou uma decisão ousada: propôs colocar as crianças e as mulheres à frente dos homens, todos lado a lado para defender a floresta da qual tiravam o sustento. Sem poder lutar com armas de fogo, usaram as armas que tinham para impedir que a “jagunçada” invadisse a casa que moravam e derrubassem todos os sonhos no chão. E foi assim que todos os seringueiros, unidos, cantaram o hino nacional.

Como o hino nacional é um dos símbolos pátrios, os militares, durante sua execução, devem estar perfilados e, se estiverem armados, em posição de apresentação de armas. Foi assim que cerca de cinquenta policiais ficaram: nós cantando o hino nacional e os policiais armados perfilados, apresentando armas, com o tenente batendo continência.

Terminada a execução do hino nacional, o oficial que comandava os policiais disse que estavam ali para cumprir um mandado judicial e que iriam cumpri-lo. Chico Mendes adiantou-se e propôs que o desmatamento fosse suspenso naquele dia para que o oficial e ele, Chico, fossem até Xapuri para ver se conseguiam suspender o desmatamento junto ao IBDF. O policial aceitou a proposta e o desmatamento ficou paralisado naquele dia. Outra vitória – parcial, mas vitória.

Não conseguimos que a licença para o desmatamento fosse cassada, mas conseguimos que um técnico do órgão ambiental viesse checar se a área em broca correspondia ao total licenciado. Acompanhei essa vitória e “descobriu-se” o que já sabíamos: o fazendeiro iria desmatar mais do que o dobro do que estava autorizado. Com isso, ficou impedido de desmatar todo o outro lado do ramal que vai ao Cachoeira, que está em pé até hoje. De novo, ganhamos todos: a floresta, os seringueiros, o planeta.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015; <https://agencia.ac.gov.br/o-empate-que-marcou-a-historia-e-a-ousadia-de-marlene-mendes/>



EMPATE DO SERINGAL EQUADOR

Gomercindo Rodrigues

Enquanto estávamos acampados no Seringal Cachoeira, começou o desmatamento no Equador, um seringal vizinho – cerca de uma hora, seis quilômetros de distância. Empatamos duas vezes. Os fazendeiros recorreram à Justiça, de onde um juiz suspeito mandou cerca de 50 policiais para proteger dez trabalhadores que estavam desmatando no Equador.

Como a Polícia Militar foi mobilizada para proteger o desmatamento, por ordem judicial, resolvemos, em uma assembleia no Cachoeira, que iríamos realizar um empate com a presença da polícia mesmo. Na tarde anterior, eu e o Marcolino, um companheiro seringueiro, pegamos dois cavalos e fomos checar como e onde a polícia estava.

Montamos a cavalo e saímos em direção ao Equador. Quando chegamos na frente da sede da fazenda, onde estavam alojados os oficiais da PM, como se fosse algo planejado, mas não era, tive que descer do cavalo porque a barrigueira da chinha do meu arreamento partiu-se. Foi então que os policiais nos cercaram rapidamente para saber o que estávamos fazendo.

Respondemos que estávamos indo até o Seringal Baía, um igarapé que ficava a uns seis quilômetros mais adiante, em direção à cidade, para ver se o Chico Mendes mandara “rancho” para o pessoal que estava acampado no Cachoeira porque, como tinha chovido, talvez ele não tivesse conseguido vir de caminhonete

até o acampamento. Nesse caso, a comida teria ficado no Baía.

Os policiais queriam saber, então, por que havíamos parado ali. Mostrei a barrigueira da chinha e disse que não seria possível prosseguir sem realizar um conserto. O Marcolino, que entendia do assunto, porque já trabalhara como comboieiro, estava exatamente tentando consertar a chinha para seguirmos adiante.

Mas, na verdade, aproveitamos para saber onde estavam os soldados e os demais policiais. Conseguimos todas as informações que queríamos. Consertada a chinha, fomos adiante mais uns três quilômetros, paramos um pouco e retornamos, reclamando que não tinha vindo o rancho.

Coletadas as informações, à noite, numa reunião já presidida por Chico Mendes, que chegou no fim da tarde, decidimos como seria o empate. No dia seguinte, cedo, partimos. Éramos 159 pessoas entre homens, mulheres e crianças, caminhando a passos rápidos.

Raimundão, o dono da colocação, chamou-me de lado e perguntou se eu já sabia o que estava ocorrendo no Cachoeira. Disse que não. Contou-me tudo, dizendo que o José Brito, um seringueiro da colocação Brasilzinho, vendera sua posse para o Darli, que antes “comprara” ou recebera a documentação de cerca de seis mil hectares, ou 25% da área do seringal Cachoeira, dos que se diziam proprietários. Mas, como não conseguia entrar porque os seringueiros não deixavam, já que ele não tinha posse lá dentro, conseguiu convencer o José Brito a lhe vender sua posse.

Ocorre que o José Brito vivia com a mãe e o irmão, que também eram posseiros e não aceitavam vender a posse. Para defender o seringal, pois a entrada do Darli seria um risco para todos, os seringueiros reuniram as oitenta famílias do Cachoeira, chamaram os seringueiros do Equador, do São José e do Nova Esperança, que eram vizinhos, e montaram acampamento na entrada do Cachoeira, vigiando as possíveis entradas laterais.

Quando eu soube que os companheiros estavam acampados já havia dez dias, quis ir imediatamente para o [seringal] Cachoeira. Foi a caminhada mais rápida que fiz da colocação Rio Branco, a colocação do Raimundão, até Xapuri. Dá cerca de quatro horas, mas eu, que já andara cinco horas desde o Simplício, de onde saíra pela manhã cedo, gastei cerca de três horas até Xapuri. Saí da colocação Rio Branco por volta das 14h00, depois de ouvir toda a história que o Raimundão me contou e, claro, de almoçar, chegando em Xapuri por volta das 17h00.

Quis pegar minha moto e seguir direto para o Cachoeira, mas o Chico Mendes, que estava em Xapuri, recomendou-me que não, pois, naquele caso, os seringueiros estavam acampados e preparados para enfrentar pistoleiros. Tinham, portanto, montado um esquema de vigilância e, se eu saísse no final da tarde, já chegaria à noite no Cachoeira, e isso seria muito arriscado. Tudo bem.

Dormi em Xapuri. No outro dia, segui na caminhonete do Sindicato, com Chico Mendes e outros companheiros, para engrossar o acampamento. Foi, no total,

quase um mês de acampamento, pois, quando havia uma desmobilização, logo surgiu um boato de que o Darly [Alves] e seus pistoleiros tentariam entrar.

Então, os seringueiros voltavam a se reunir rapidamente, embora dentro do próprio seringal Cachoeira houvesse colocações com até seis horas de distância da Fazendinha, que era a colocação onde ficávamos acampados.

Tudo era discutido entre todos, e a direção era dos próprios seringueiros do Cachoeira, sendo que Chico Mendes ficava em Xapuri, de onde tentava obter apoio, divulgar a situação e conseguir recursos para manter a alimentação do acampamento, que chegou a juntar trezentas pessoas. Diariamente, o Chico Mendes vinha de Xapuri para trazer informações e discutir encaminhamentos com os companheiros. O resultado foi que o temido Darly, com seus pistoleiros, não teve coragem de tentar entrar no Cachoeira.

Menos de uma hora depois, já estávamos próximo ao local do desmatamento. Percebemos o movimento dos policiais, que entraram em formação e, com fuzis, fizeram o movimento característico de colocar bala na agulha. As mulheres, comandadas pelas professoras da escola do Cachoeira, com as crianças, começaram a cantar o hino nacional. Foi uma cena indescritível.

São os empates que eu gostaria de deixar registrados. Como eu disse, ver os policiais perfilados, armados, apresentando armas enquanto os filhos dos seringueiros e as professoras seringueiras cantavam o hino nacional em plena floresta amazônica é, certamente,

uma cena fantástica e, possivelmente, até este registro, inimaginável.

Confesso que, até hoje, fico arrepiado ao lembrar dessa cena, especialmente porque ela não foi planejada. Não havia sido discutida na reunião da noite anterior, e as professoras do Cachoeira tiveram essa iniciativa sem consultar ninguém.

Depois da demonstração de civismo das crianças e das professoras, os policiais ficaram muito mais desarmados, o que facilitou o diálogo. Tanto que o oficial aceitou suspender o desmatamento por um dia, para que o Sindicato tentasse conseguir a suspensão definitiva da derrubada.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.



ORAÇÃO PARA O “FECHAMENTO DO CORPO” ANTES DO EMPATE NO SERINGAL EQUADOR

Gomercindo Rodrigues

Preciso contar sobre uma demonstração de intensa fé que presenciei enquanto saímos para o “empate” no Seringal Equador. Eu e o Miguel Mendes, primo do Chico e então morador da colocação “Fazendinha”, ficamos na saída contando o pessoal, por isso a informação de “159” pessoas transcrita acima.

Depois que todo mundo passou, “fechamos a marcha”. Fomos atrás, e o Miguel, quando chegamos ao ramal principal, começou, de forma compenetrada, uma oração, que depois explicou ser para “proteção contra o perigo iminente e fechamento do corpo”.

Era sua mostra de fé e religiosidade. A imagem ficou na minha cabeça por mais de 20 anos. Eu só sabia uma frase da oração: “Quando ponho o pé na terra fria...”. Não ouvi o restante, ou não consegui guardá-la, mas senti que o Miguel a fazia com muita devoção. Isso foi o que marcou.

Vinte anos depois, dia desses, aproveitei uma viagem de visita ao seringal Cachoeira com minha família e procurei o Miguel Mendes para conversar sobre a cena e pedir que ele repetisse a oração, como forma de registrá-la.

O encontro foi emocionante, primeiro porque o Miguel Mendes ainda sabia a oração, sem ter tido de usá-la mais, mas, principalmente, porque ele ficou

emocionado por eu lembrar da cena com tanta nitidez. Emocionado, o Miguel recitou a oração:

“Ponho meu pé na terra fria,
Minha alma eu ponho em dia,
Me acompanha Jesus Cristo,
Filho da Ave Maria,
Chagas abertas e lábios feridos,
E o sangue do Cordeiro entre eu e o perigo”.

Ensina o Miguel que após essa oração, benze-se com o “sinal-da-cruz” e reza-se um “Pai Nosso” ou uma “Ave Maria”. Ao lembrar da oração, o Miguel ensinou, também, um acréscimo, ao final, para o caso de uma luta corporal: “Peguei-te leão e botei-te no chão, Com os poderes de Deus e de São Salomão”.

Acho que registrar a fé e a crença dos seringueiros é uma forma de resgatar a formação cultural desses trabalhadores, que vivem nos mais distantes rincões deste país, mas eu não conseguiria registrar por escrito a emoção e a compenetração com que a oração foi proferida, seja da primeira vez que a ouvi, quando caminhávamos para o empate, seja quando fui registrá-la, lá na colocação do Miguel, que agora mora no Seringal Equador, mas bem próximo à Fazendinha.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.

INDEPENDÊNCIA, SÃO JOSÉ E SÃO MIGUEL: EMPATES REALIZADOS ENTRE 1989-1992

Gomercindo Rodrigues

De 1989 a 1992 realizamos empates nos seringais Independência, São José e São Miguel. No Independência, “empatamos” por várias vezes, com grande mobilização dos trabalhadores daquela área, distante cerca de 4 horas de Xapuri, descendo o rio Acre.

Foi no empate do Seringal Independência que dei o troco ao Raimundo Tatá, pelo que ele fez comigo quando, como guia, em 1986, eu tive que andar em um ritmo acelerado por dois dias, só pra me testar.

Uma manhã saímos de Xapuri, eu, o Daú, diretor do STR de Xapuri e morador da área do Independência e o Tatá, para mobilizar o pessoal para o empate. Descemos cerca de uma hora e meia de barco, saltamos em terra firme e começamos a fazer o trabalho de mobilização para juntar todo mundo no dia seguinte, pela madrugada, na colocação do Antônio Pinto, próximo à área onde realizaríamos o empate.

Andamos o dia todo, desde as 9 horas da manhã, passando colocação por colocação. Andávamos acelerado. Por volta das 18 horas, o Tatá pediu arrego dizendo que uma de suas pernas, que ele tinha machucado há algum tempo, estava doendo e que ele nos encontraria na madrugada seguinte, no local da reunião.

Não perdi a oportunidade de dizer-lhe que ele não havia aguentado o repuxo e que aquilo era o “troco” do que ele tinha feito comigo. Ele tentou se justificar, mas, ao final, não teve como. Realmente ele não aguentou o pique de caminhada, pois andamos algo como 60 quilômetros naquele dia. Foi, realmente, muita coisa.

Na manhã seguinte realizamos o empate. Tivemos que retornar a essa área mais duas vezes, pois o “gato” era metido a valente e paralisava os trabalhos na hora que estávamos lá. Depois recomeçava. Na última vez, após retirarmos todas as coisas de dentro dos barracos rústicos, nós os destruímos. Os trabalhadores, contratados para o desmate, resolveram, então, que não iriam mais trabalhar na área.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.



O ÚLTIMO EMPATE

Gomercindo Rodrigues

O último empate daquele período que eu acho que pode ser registrado é o do Seringal Nova Esperança, em 1995, onde a companheirada de Xapuri conseguiu uma vitória parcial, pois, embora tivessem conseguido que parte da área não fosse desmatada, vários seringueiros foram processados.

Havia na cidade um promotor jovem, extremamente reacionário que, inclusive, tentou enquadrar alguns dirigentes sindicais no Decreto 510 da Lei de Segurança Nacional, que era extremamente duro, muito mais duro que a própria LSN da ditadura militar, ainda em vigor à época, mas já mais branda.

À atuação do promotor, junte-se a do então comandante do batalhão da PM, que tentou espalhar o pânico em Xapuri, dizendo que os seringueiros iriam invadir a cidade para libertar um companheiro que fora preso pela polícia.

Em 1994 eu cursava o terceiro período do curso de Direito da Ufac (Universidade Federal do Acre), em Rio Branco, quando fui contratado pelo CNPT-Ibama (Conselho Nacional das Populações Tradicionais) para realizar um trabalho na Reserva Extrativista Chico Mendes, informando e orientando o pessoal de lá sobre como se organizar para conseguir suas concessões na Resex.

O plano era fazer o trabalho durante as minhas férias, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1995 e, na verdade, fiz a maior parte, mas não terminei. Marquei,

então, algumas reuniões para os finais de semana de março, no município de Xapuri, que eu conhecia mais.

Próximo a um desses finais de semana aconteceu o empate do Nova Esperança e a prisão de um companheiro, o Edson Paulista. Cheguei a Xapuri um dia antes, para obter informações e passar para os advogados que assessoravam o movimento, para que eles, desde Rio Branco, me orientassem sobre o que fazer.

Ao chegar a Xapuri, descobri que a acusação que pesava sobre o Edson Paulista era de um crime afiançável: diziam ter encontrado uma arma descarregada no quarto dele, na cidade. Tentei que o delegado de polícia arbitrasse a fiança, mas ele, por orientação do promotor, passou o dia inteiro me enrolando e nada fez.

Passei a informação aos advogados, que redigiram um Habeas corpus e me mandaram via fax. Eu recebi o documento, redigitei o conteúdo e, por volta das 23 horas, ele estava pronto para ser entregue à juíza, imediatamente. Questionei o avançado da hora, mas me disseram que a liberdade do companheiro era prioridade e que o horário não importava.

Fui, com mais dois companheiros, à casa da juíza. Batemos palmas, chamamos, nada. Daí a alguns minutos chegou um grupo de policiais, querendo saber a razão da nossa presença ali, àquela hora. Expliquei que queríamos impetrar um Habeas corpus. Disseram que era tarde. Respondi que havia uma pessoa presa injustamente e que isso era mais importante. Não adiantou. A juíza não nos recebeu e fomos embora.

No dia seguinte, entrei para o seringal para realizar as reuniões agendadas. Mas nossa tentativa de visita

na noite anterior deixou consequências. Por culpa do Promotor de Justiça, respondi a um processo por dois anos sob a acusação de tentar invadir a casa da juíza. Os depoimentos das testemunhas, a vizinha da juíza, os policiais, todos falavam que estávamos “na calçada, batendo palmas”.

Mas o processo tramitou até o final, quando fui absolvido, não sem antes o juiz mandar riscar algumas expressões usadas na defesa, exatamente aquelas que mostravam que eu estava em frente à casa da juíza, apenas batendo palmas – o que tira qualquer possibilidade de consumação do crime de invasão de domicílio – mas que, no processo, foi considerado atentatório à dignidade da Justiça, embora isso não esteja escrito em lei nenhuma.

Fiz as reuniões nos seringais, conforme estava previsto, e retornei no domingo para Xapuri. Quando cheguei à cidade, o primeiro companheiro que me viu quase desmaiou, pois fora espalhado pelo comandante da PM que eu fui buscar 200 seringueiros para invadir Xapuri e que eles me receberiam à bala.

Eu cheguei sozinho e não sabia de nada, daí o medo deles, pois achavam que a polícia poderia aproveitar a situação para me matar e ainda alegar que a culpa era minha, porque teria provocado tudo. Voltei pra Xapuri, trabalhei com os advogados e, juntos, conseguimos trancar a ação penal contra o companheiro que tinha sido preso e que eu tentei libertar com um Habeas corpus.

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.

ENCONTRO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Chico Mendes

Xapuri, que tava caminhando, engatinhando naquele tempo, retoma o Movimento com força. É o Movimento com uma experiência diferente: a liderança. Nós não devemos ter uma liderança única, mas todos os trabalhadores devem ser líderes.

Agora, como sempre acontece no Movimento dos trabalhadores no Brasil, o pessoal começa a centrar força num nome, e esse nome, ou por sorte ou azar, caiu em cima de mim. É o Chico Mendes que começa a liderar o Movimento. Então nós começamos a pensar o seguinte: começamos a montar as escolas, começamos a construir novas lideranças.

Com o surgimento das escolas, em cada uma delas começam a surgir lideranças, porque o seringueiro começa a ter uma visão e a participar mais ativamente do Movimento. Isso começou a chegar lá fora. A imprensa começa a dar um maior destaque nessa luta de Xapuri.

E aí pensamos numa ideia: “Ora, o seringueiro não é reconhecido como classe. Então nós vamos ter que encontrar uma forma de pressionar as autoridades federais, lá em Brasília, foro das decisões. O seringueiro nunca foi a Brasília. A Mary Allegretti começa a articular com algumas entidades e me convida. Vou a Brasília em maio de 1985 e começamos a articular o Encontro Nacional dos Seringueiros.

Em outubro de 1985 a gente marca na história da luta dos seringueiros o I Encontro Nacional dos Serin-

gueiros da Amazônia. Esse foi um encontro histórico na luta dos seringueiros em todo o Brasil. [De lá pra cá] começam a aparecer os aliados, começamos a engrossar a luta nos empates e começamos a ter vitórias.

ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA



11 a 17 de outubro de 1985
Auditório da Faculdade de Tecnologia - UnB
Brasília - DF

Encontro: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre. Promoção: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre - Sertãozinho do Amazonas - Associação de Seringueiros e Sertões da Bacia do Rio Negro.
Apex: Instituto de Estudos Socio-Econômicos (INEC) - Ministério da Cultura - Comissão Nacional em Manaus - Universidade de Brasília.

Fonte: Depoimento gravado por Lucélia Santos, maio, 1988).

CNS CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

O Conselho Nacional dos Seringueiros, hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), foi criado durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, no dia 17 de outubro de 1985.

Foi um evento histórico realizado na Universidade de Brasília, com a presença de mais de 100 representantes de seringueiros, castanheiros, pescadores dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Amapá. Muitos deles saíram da floresta pela primeira vez e levaram vários dias para chegar em Brasília vindo dos lugares mais distantes da Amazônia.

O evento foi uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, uma promoção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Acre, dos seringueiros do Amazonas, da Associação dos Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com apoio do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), do Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória e da Universidade de Brasília.

A convocação do líder sindical Chico Mendes foi baseada em uma pauta de grande relevância para o momento em que se iniciava o processo de redemocratização no país: reforma agrária apropriada aos seringueiros, educação, saúde e política de valorização da borracha nativa. Foi durante esse evento que o CNS formulou o conceito de Reserva Extrativista como a reforma agrária dos seringueiros tomando como inspiração as Reservas Indígenas.

Fonte: www.cnsbrasil.org





Foto: Elson Martins

RESERVAS EXTRATIVISTAS

Chico Mendes

A proposta das Reservas Extrativistas é o seguinte: as terras [acreanas] tão supostamente aí nas mãos dos grandes latifundiários. Em toda a área do Acre, apenas dez donos dominam todo o poderio de terras no Acre. Dez mandantes.

O que nós queremos é o seguinte: É que essas terras passem para o domínio da União, que o governo desaproprie essas áreas, que elas passem para o domínio da União, não do Estado, da União, e que elas se transformem em usufruto para os habitantes da floresta, ou seja, para os seringueiros.

E aí nós estamos colocando como proposta o cooperativismo, nós estamos colocando como proposta prioritária uma melhor forma de comercialização da borracha, a comercialização da castanha; nós queremos criar indústrias caseiras para se dar prioridade às outras riquezas [da floresta].

Quando nós defendemos a Reserva Extrativista, e quando nós apostamos que a Reserva Extrativista é economicamente viável para o Brasil, para a Amazônia e para a humanidade, é porque nós não defendemos simplesmente hoje só a economia da borracha, não só a economia da castanha, mas a copaíba, os produtos extrativistas que são vários em toda a região da floresta e que estão sendo destruídos: o coco da tucumã, o patoá, o açaí, a copaíba, outra série...

Falta pesquisa nessa Amazônia, as árvores medicinais que é impossível serem] contadas, falta pesquisa... Basta que o governo leve a sério e nos dê essa possibilidade que em pouco tempo nós vamos provar que é possível se conservar a Amazônia e transformar essa Amazônia numa região economicamente viável para o Brasil e para o mundo.

Isso, nós temos clareza disso!

Fonte: Depoimento gravado por Lucélia Santos, maio 1988.



UMA LUTA QUE NÃO CESSA

Gomercindo Rodrigues

O plano de quem pensou que, ao destruir a organização sindical com o assassinato de Wilson Pinheiro e a acusação aos seringueiros da prática do homicídio contra Nilo Sérgio deu apenas parcialmente certo, pois se, efetivamente, o movimento sindical rural sofreu um declínio, que durou cerca de oito anos em Brasília.

Mas a resistência dos seringueiros continuou, deslocando seu epicentro para Xapuri, onde Chico Mendes era vereador e o Sindicato foi, pela primeira vez, presidido, por um curto espaço de tempo, por uma mulher, Dercy Teles de Carvalho, o que era uma vitória dupla.

Como só os empates, que continuavam, não eram suficientes para manter os seringueiros nas suas áreas, em Xapuri começou a ser pensada uma forma complementar de resistência: a criação de melhores condições de vida nos seringais para que os seringueiros se sentissem motivados a se organizarem e continuarem na floresta.

Surgiu, então, o Projeto Seringueiro, visando a implantação de escolas e de cooperativas nos seringais. Foi o trabalho que eu, seis anos mais tarde, ajudaria a avaliar e que levaria a tudo o que aprendi e apreendi.

No que diz respeito às escolas, pensadas inicialmente para os adultos, com o passar do tempo, passaram a ser dirigidas aos filhos e filhas dos seringueiros. São vários os belíssimos exemplos de seringueiros adultos, alfabetizados nas escolas do Projeto Seringueiro, que se

tornaram professores, professoras; alguns concluíram o ensino médio e outros a Universidade.

As cooperativas, em parte por conta da forma como foram implantadas e, também, por causa do componente cultural do individualismo e da desconfiança, inicialmente não foram bem sucedidas. Na verdade fracassaram. Mas os seringueiros continuaram discutindo a ideia, até fundar, em 1988, a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, a CAEX.

Toda essa organização e resistência que, ao invés de diminuir, aumentava, deixava os fazendeiros atônitos pois, quanto mais eles agrediam, maior era a resistência. A Bordon insistia em desmatar, algumas vezes conseguindo, com proteção policial, mas em outras vezes foi “empatada” pelo Movimento, que continuou realizando empates no Seringal Nazaré.

Que o diga o seringueiro Antônio Edgar, que tem sua colocação intacta até hoje por conta do último empate realizado no Nazaré. Nem com proteção policial a Bordon conseguiu desmatar a área que queria, por um simples motivo: em juízo alegou-se que a área a ser desmatada atingiria posse velha de um seringueiro.

O juiz, que já havia autorizado a proteção policial para o desmatamento, determinou que a posse velha deveria ser preservada e requisitou técnicos do Incra para realizarem uma vistoria na área, uma vez que a Bordon alegava que nenhuma colocação de seringueiro seria atingida. Partimos, então, para a vistoria na área.

Eu, como agrônomo, acompanhei os técnicos do Incra representando o Sindicato. Andamos cerca de seis horas para conseguir localizar o seringueiro indi-

cado como representante da fazenda. Ao encontrá-lo, dissemos que vínhamos fazer a vistoria da área a ser desmatada, para saber se a colocação do Antônio Edgar seria atingida. “Se vocês quiserem ir, a gente vai, mas vai pegar as três estradas dele”, respondeu “na bucha”.

Aí os técnicos do Incra indagaram se era necessário vistoriar a área. Perguntamos a eles se colocariam no relatório o que tinham acabado de ouvir. Disseram que sim. Respondemos que, por nós, a vistoria era desnecessária, pois sabíamos que a colocação seria atingida; quem estivera negando isso era o capataz da Bordon.

Com a informação dos técnicos, o juiz determinou que a colocação Rio Branco, do Antônio Edgar, fosse preservada na íntegra. Depois disso, a Bordon resolveu vender a área e ir embora. Posteriormente, boa parte do Seringal Nazaré ficou dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.

A resistência dos seringueiros durante todo esse tempo custou muitas e preciosas vidas, para lembrar algumas, além de Wilson Pinheiro e Chico Mendes: Ivair Igino, Raimundo Calado, Eliazinho. Para nós, a luta continua!

Fonte: “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/Xapuri, 2015.

HINO DO SERINGUEIRO

Cancioneiro Popular

*Vamos dar valor ao seringueiro
Vamos dar valor a esta nação
Pois é com o trabalho desse povo
Que se faz pneu de carro e pneu de avião.
Fizeram a chinelinha, fizeram o chinelão
Inventaram a botina, pra cobra não morder
Tantas coisas da borracha que não tem explicação
Encontrei pedaço dela na panela de pressão.
Pneu de bicicleta não é requeijão
Não é carne de gado, pneu de caminhão
Não é chifre de vaca que se apaga letra, não!
São produtos da borracha, feitos pela nossa mão.*



Foto: Ahmad Jarrah

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Rafael André Vaz Chervenski
DIRETOR

Luiz Carlos da Costa
COORDENADOR-GERAL

Ricardo Abril Marinho
ASSESSOR TÉCNICO

Rodrigo César de Melo Barbosa
GESTOR DE ATENDIMENTO

Tatiana Nassif Derze
COORDENADORA DE PRÉ-IMPRESSÃO

André Said de Lavor
COORDENADOR DE IMPRESSÃO

André Luiz Rodrigues Santana
COORDENADOR DE ACABAMENTO E EXPEDIÇÃO

Aloysio de Britto Vieira
COORDENADOR DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Márcio de Holanda Meireles Viana
GESTOR DE PRODUÇÃO

A questão da Amazônia consiste na defesa dos Povos da Floresta. Consideramos a questão da Amazônia um problema sério, que não passa mais, hoje, pelo discurso, e sim pela prática que temos que desenvolver daqui pra frente. A Amazônia está ocupada. Em todos os recantos há indígenas, há gente trabalhando, tirando borracha e, ao mesmo tempo, lutando pela conservação da natureza. Queremos propiciar uma política que garanta o futuro desses trabalhadores [e dessas trabalhadoras], que há séculos vivem na Amazônia e a tornam produtiva ao mesmo tempo. Enquanto existirem índios e seringueiros na selva amazônica, há esperança de salvá-la. Esperamos que as pessoas que lutam em defesa da Amazônia possam realizar um trabalho que, de fato, consiga trazer uma esperança. Acredito que cada um [e cada uma] de nós tem uma missão e um compromisso muito importante em relação à defesa desta região. Essa luta não é só dos trabalhadores [e das trabalhadoras]: ela é de toda a sociedade brasileira.

Chico Mendes

PARCERIA



Assim como nos jogos de futebol, a gente sempre queria pelo menos empatar, então, no nosso caso, o empate era para resistir, para que, ao menos, o fazendeiro não derrubasse nossas árvores e não destruísse nossas colocações, que é o lugar onde nós moramos com nossas famílias. No começo, as famílias tentavam resistir por elas mesmas. Depois, a comunidade passou a ser mobilizada pelo sindicato, que organizava a ida para a área que estava para ser desmatada. Era uma forma simples e pacífica, mas muito organizada, de resistência. A gente montava uma barreira humana, formada pelas pessoas que viviam no seringal, as mulheres e as crianças iam junto, os velhos também, e todo mundo se colocava em frente às foices dos peões e jagunços onde havia tentativa de desmatamento.

Chico Mendes é, no Brasil, o Patrono Nacional do Meio Ambiente. Portanto, nada mais justo do que destacar, na COP 30, a memória e o legado do maior ambientalista brasileiro de todos os tempos. Esta coletânea, “Chico Mendes na COP 30”, contribui com este objetivo. São livros simples, organizados a partir de depoimentos e textos escritos por companheiros e companheiras de Chico Mendes, ao longo do tempo. Que sua leitura possa envolver corações e mentes com a paz planetária um dia sonhada por Chico Mendes.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

